



SANGUE POLÍTICO

As mortes nas disputas pelo poder na era democrática

Frieza. Prefeito de Caraúbas (RN), Aginaldo Pereira e sua esposa foram assassinados em emboscada numa rodovia estadual



Levantamento inédito do 'Estado' revela as faces de uma **barbárie** silenciosa que já provocou **1.133** mortes com motivação política desde a Lei da Anistia.

Em três décadas, **um assassinato** a cada 11 dias. A escalada de crimes não ocorre apenas nos grotões.

Alcança **várias esferas** de poder. É ignorada pelos caciques nacionais. Prospera devido à **impunidade** e às dificuldades de se transpor **pressões políticas** para iniciar ou dar

prosseguimento a investigações policiais. É um **Brasil que se esconde** em plena democracia.

Reportagem de Leonencio Nossa

SANGUE POLÍTICO * BUSCA DE DADOS

Raio X da matança silenciosa

Foram 17 meses de apuração e pesquisas em 14 Estados do País

A investigação jornalística que apresentou neste caderno mostra que a política brasileira, nas pequenas e grandes cidades, ainda se move pela violência. Pelo menos 1.133 assassinatos ocorreram na base da pirâmide política nos últimos 34 anos – o que equivale a um crime a cada 11 dias no País.

Ao longo de 17 meses, fiz o levantamento de homicídios em Tribunais de Justiça dos Estados, nos acervos de entidades de direitos humanos, nos arquivos de Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs), em delegacias de polícia e em cartórios. Percorri 14 Estados, conversei com famílias de vítimas, advogados, delegados, políticos.

Essa longa reportagem levanta uma lista de crimes provocados pela disputa de poder político. São assassinatos cometidos para garantir espaço na máquina pública, vingar a morte de um aliado ou liquidar testemunhas. Só foram considerados casos sem divergências de versões dos órgãos de investigação sobre a autoria e as motivações.

Para um raio X da política que se pratica pelo Brasil a fora, comecei a contagem da matança pela manhã de 28 de agosto de 1979 – quando entrou em vigor a Lei da Anistia, que facilitou o acesso às instituições públicas – e analisei casos ocorridos até o final de agosto deste ano. Escolhi a Lei de Anistia como ponto de partida do trabalho por se tratar de um marco de pacificação na nossa história recente.

Já no primeiro dia de vigência da lei, o vereador Joaquim Eleutério da Paixão, de São João do Piauí (PI), foi morto pelo prefeito Raimundo de Souza, ambos da então governista Arena, como apontou a polícia na época. A 240 quilômetros dali e três décadas depois, em Pio IX, outra cidade piauiense, um vaqueiro encontrou, em 5 de fevereiro de 2013, uma mão para fora da terra. Era o corpo de Emídio Reis (PMDB), ex-vereador de São Julião enterrado vivo a mando do vice-prefeito Francimar Pereira (PP), segundo a polícia.

As disputas sangrentas pelo poder não se limitam ao Piauí do ex-ministro da Justiça Petrônio Portella (1925-1980), um dos redatores da Anistia: atingem todos os atores da política, de prefeitos a deputados, pas-

sando por vereadores, assessores, familiares, amigos e aliados. A barbárie atingiu 200 vereadores e até um senador, Olavo Pires (PTB-RO), executado com 40 tiros em 16 de outubro de 1990, após o 1.º turno das eleições para o governo de Rondônia, no qual fora o mais votado.

Alerta. A violência que prospera à sombra da democracia não é monitorada. Um relatório da Justiça Eleitoral detectou apenas 100 mortes políticas desde 1979. No levantamento que fiz, 13 pessoas foram assassinadas em disputas políticas só neste ano. Em 2012, foram 91 mortes, recorde em três décadas.

Obviamente, a lista aqui apresentada está sujeita a questionamentos. O objetivo jornalístico, aqui, não é compensar a ausência de uma lista oficial ou estabelecer critérios para a sua elaboração. A proposta é alertar e levantar um debate público e transparente sobre o tema, como exigem as democracias.

Nem só grotões. Ao longo de minha apuração, ouvi parlamentares dizerem, nos corredores do Congresso, que a violência política se limita aos grotões. É fato que o último assassinato ocorrido no Parlamento ocorreu no longínquo 1963, quando o senador alagoano Arnon de Mello – pai do ex-presidente Fernando Collor de Mello – apertou o gatilho contra o conterrâneo Silvestre Péricles e acabou matando José Kairala, do Acre, que nada tinha a ver com a rixa. Mas quem analisa os casos de violência envolvendo a disputa política percebe conexões entre os confrontos locais distantes de Brasília e o núcleo do poder. Não existem dois sistemas sem ligação.

Assessores de políticos em Brasília e nas capitais se irritaram com meus pedidos de esclarecimento sobre crimes cometidos por aliados de seus chefes no interior sob a alegação de que lideranças nacionais e estaduais não têm responsabilidade por tais fatos. Nas eleições, no entanto, esses mesmos líderes não se preocupam em associar sua imagem a figuras polêmicas e suspeitas de assassinato.

Constatai que a violência prospera diante da cumplicidade da extensa cadeia política. O esforço para impedir investigações abre espaço para a impunidade. Cúpulas partidárias fecham os olhos para desmandos locais. Governadores perseguem, muitas vezes, delegados e promotores, encarregados de formalizar as denúncias.

Apesar de a matança relatada neste caderno ter como causa a disputa pelo poder, curiosamente, o crime político raramente é ideológico.

INVESTIGAÇÕES



JOSE PAULO LACERDA/ESTADÃO-5/11/1999



CARLOS MOURA/CBPRESS-20/04/2006



ESTADO DO MARANHÃO-7/12/1999



MARCOS D'PAULA/ESTADÃO-9/9/2008

Parâmetros do levantamento

A lista inclui assassinatos ocorridos na luta por espaço político-eleitoral a partir de 28 de agosto de 1979, data da publicação da Lei da Anistia, até 28 de agosto de 2013. As motivações para eliminar adversários, vingar a morte de aliados ou "queimar arquivos" constam de textos oficiais conclusivos de CPIs e relatórios de entidades de direitos humanos, convergentes com inquéritos policiais e processos judiciais, mesmo que inconclusivos quanto à autoria dos crimes.

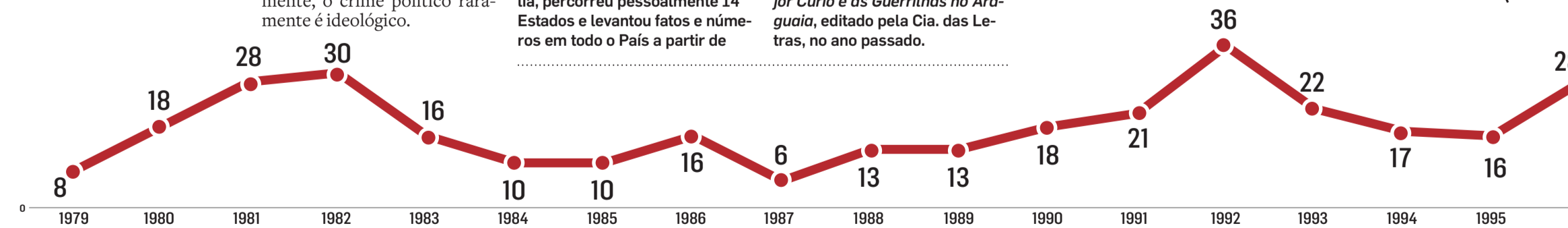
FONTES

- Inquéritos policiais
- Investigações do Ministério Público
- Processos judiciais
- Sindicâncias de direitos humanos
- Relatórios das seguintes CPIs do Congresso Nacional: Narcotráfico I (1991), Pistologem (1994), Narcotráfico II (1999), Extermínio no nordeste (2003) e Tráfico de armas (2006).
- Relatórios de CPIs em Assembleias: Mato Grosso (Narcotráfico, 2000), Maranhão (Crime Organizado e do Roubo de Cargas, 1999), São Paulo (Crime Organizado, 1995, e Narcotráfico, 2000), Pernambuco (Narcotráfico e Pistologem, 1999), Rio Grande do Sul (Combate ao Crime Organizado, 2000) Rio de Janeiro (Milícias, 2008)

CRIME EM ALTA

● Balanço das mortes, ano a ano, aponta grande aumento dos crimes nos últimos seis anos

Nº DE MORTES POLÍTICAS



O presidente João Baptista Figueiredo, o último do regime militar, sanciona no dia 28 de agosto a Lei da Anistia

Fundação do Partido dos Trabalhadores

Eleição geral (governador, Senado, Câmara dos Deputados, Assembleia Legislativa)

Emenda Dante de Oliveira, que prevê a eleição direta para a Presidência da República, é rejeitada no Congresso Nacional no dia 25 de abril

Tancredo Neves é eleito indiretamente presidente da República pelo colégio eleitoral, mas adoece e morre antes de assumir; o vice José Sarney é empossado; eleições municipais

Eleição para a Assembleia Nacional Constituinte, encarregada de estabelecer a nova Constituição, e de governadores

Nova Constituição é promulgada; eleições municipais

Fernando Collor de Mello é eleito presidente da República pelo voto direto

1990 Eleição geral (governador, Senado e Câmara dos Deputados)

Collor sofre o processo de impedimento, assumindo seu vice, Itamar Franco; eleições municipais

Em plebiscito, maioria dos eleitores confirma opção pelo regime republicano e pelo sistema presidencialista

Jornalista é autor de investigações históricas

● O repórter Leonencio Nossa, da Sucursal do Estado em Brasília, percorreu pessoalmente 14 Estados e levantou fatos e números em todo o País a partir de

documentos e entrevistas, feitas ao longo de 17 meses. Na mesma linha de investigação histórica, Leonencio Nossa assinou os cadernos 'Guerras Desconhecidas do Brasil' e 'Meninos do Contestado', publicados pelo Estado em 2010 e 2012, respectivamente, e o livro *Mata!, o Major Curio e as Guerrilhas no Araguaia*, editado pela Cia. das Letras, no ano passado.



ANDRE DUSEK/ESTADÃO



NA WEB Online. Leia a versão digital do caderno 'Sangue Político', com mapas interativos sobre o levantamento inédito topicos.estadao.com.br/sanguepolitico

Dois terços dos inquéritos policiais não apontam nem autor nem mandante

Ministérios Públicos locais sofrem flagrante intervenção política; no Supremo, tramitação é longa

Na lista de assassina-
tos levantados pelo **Estado**, a polícia não apontou o mandante ou autor intelectual em 73,97% dos inquéritos enviados ao Ministério Público, embora deixasse clara a motivação política do crime.

Dados gerais das denúncias apresentadas à Justiça pelas procuradorias e promotorias indicam que os casos de assassinatos de poder encontram no Ministério Público, especialmente no estadual, mais uma barreira. Relatório da instituição relativo a 2011 destaca que procuradores e promotores apresentaram à Justiça denúncias de apenas 15,69% de todos os inquéritos criminais recebidos.

Desde a entrada em vigor da Constituição de 1988, o Ministério Público ganhou na opinião pública status de "quarto poder". Ações midiáticas de procuradores federais em Brasília deram projeção à instituição. As fragilidades do Ministério Público, porém, são mais visíveis nos Estados e nos municípios.

A instituição que, na capital, procura espaços na imprensa, se fecha no interior. Em uma viagem de 15 dias pelo semiárido, o **Estado** não conseguiu ouvir promotores responsáveis por um inquérito de crime político. Ou eles se esquivaram de dar entrevistas ou estavam na capital, o que é mais frequente, até por questões de segurança. Geralmente não há vínculo do promotor com a cidade em que trabalha e atua em investigações.

Interesses. A falta de estrutura e condições de investigação não é o único empecilho para a elucidação de crimes de mando. Tanto delegados civis, responsáveis pela fase inicial das investigações e subordinados ao secretário estadual de Segurança Pública, quanto promotores estão vinculados às ações e decisões do governador. Cabe a ele confirmar o interesse em aprofundar uma investigação.

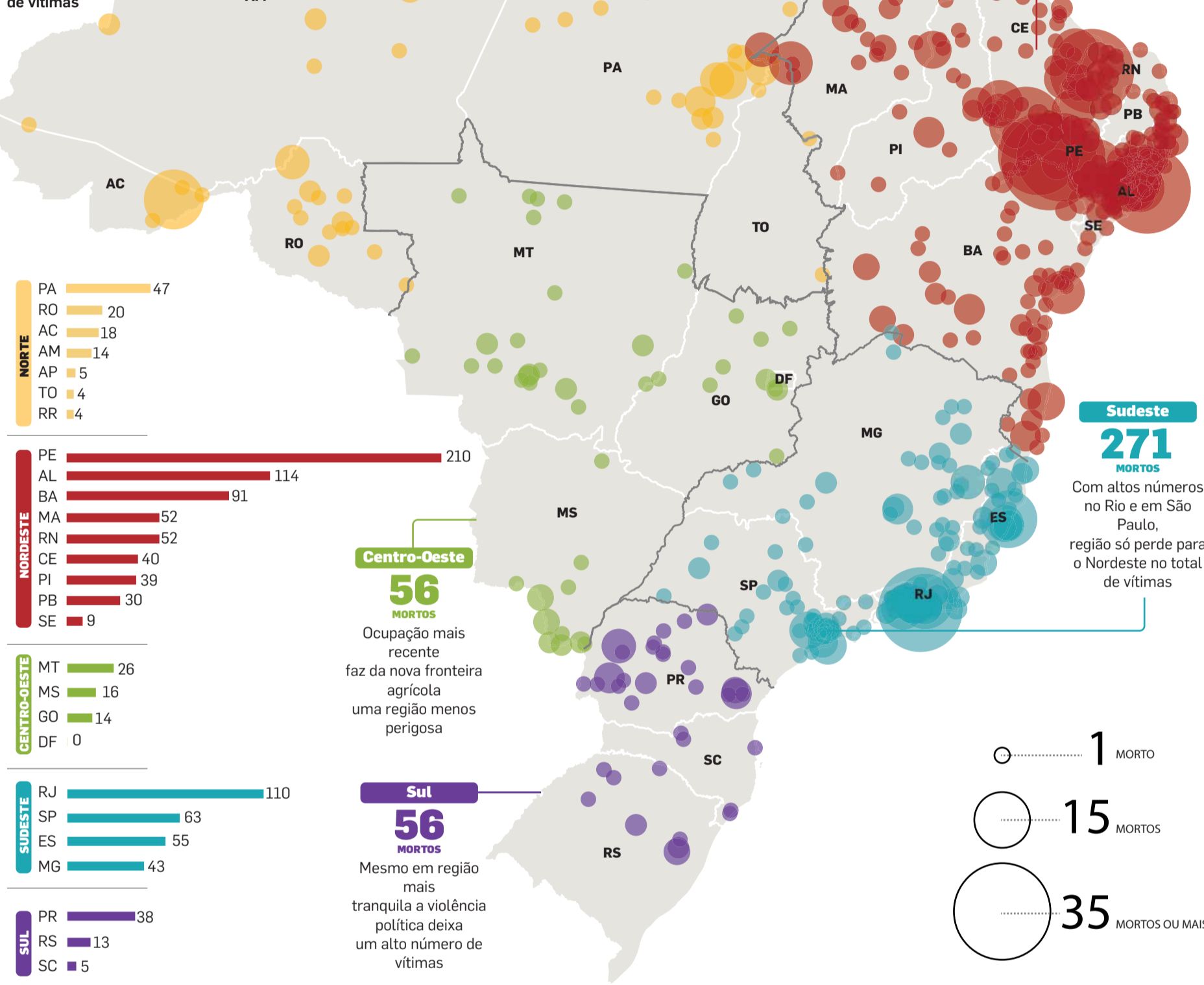
A interferência do chefe do Executivo local no Ministério Público é mais visível nos Estados que no âmbito federal. Nos Estados, o governador não precisa consultar o Legislativo para escolher um nome de uma lista triplíce para ocupar o cargo de procurador-geral de Justiça.

No âmbito regional, tampouco há clima para ações semelhantes às dos procuradores-gerais da República Aristides Junqueira, que em 1992 apresentou denúncia contra o então presidente Fernando Collor, e Antonio Fernando de Souza, que em 2007 foi autor da denúncia sobre o esquema do mensalão. Ambos acionaram a Justiça contra governos federais que os nomearam.

Outro empecilho para a ação das promotorias é que em boa parte dos municípios promotores são sempre vistos como ad-

ONDE SE MATA POR PODER

● Nos números de 1.130 cidades, o Nordeste e o Sudeste se destacam como as regiões onde a política fez o maior número de vítimas



versários por grupos de oposição a governos estaduais.

Os políticos e os tribunais. Processos contra políticos são raridades. Com a prerrogativa de foro privilegiado, atualmente dois deputados federais respondem por homicídio no Supremo Tribunal Federal, mas os assassinatos não são caracterizados como crimes políticos.

Um caso emblemático no STF, já arquivado, é o processo que investigou o deputado Aníbal Ferreira Gomes (PMDB-CE) no caso da morte do ex-pre-

feito de Acarau João Jaime Ferreira Gomes. Foram 14 anos de tramitação na Corte, passando pelos gabinetes de três ministros relatores. Em 1998, o ministro Nelson Jobim recebeu o processo e o arquivou. Antes de se aposentar, Jobim reabriu o caso, em 2004, a pedido do Ministério Público Federal. Em 2008, o ministro Eros Grau começou a analisar o processo. Também se aposentou sem dar uma decisão. Em 2012, o ministro Luiz Flux arquivou outra vez o caso, que transitou em julgado. Durante todo esse período

Aníbal Gomes ocupou a cadeira de deputado federal. Numa noite de quarta-feira de julho, no percurso entre o plenário da Câmara e o gabinete, em Brasília, o deputado cearense falou ao **Estado** sobre a morte do primo. Ele nega participação no crime, pelo qual seu irmão, o então vice-prefeito Amadeu Gomes, foi condenado. "Éramos todos primos e amigos. Além de primo, ele (João Jaime) era uma das pessoas que eu mais amava. A família toda me apoiava e deixou de me apoiar", disse. "Quem conhece o assunto sabe que não es-

tou envolvido. O Ceará todinho sabe que sou inocente."

Os dois casos que tramitam no STF são do deputado alagoano Francisco Tenório (PMN), que foi preso por suposta participação nas mortes do ex-assessor Cícero Sales Belém e do cabo da PM José Gonçalves

da Silva, por queima de arquivo, e do deputado e ex-governador de Mato Grosso Júlio Campos (DEM). Ele é acusado de mandar matar, em 2004, o empresário Antonio Ribeiro Filho e o geólogo Nicolau Ladislau Ervin em meio à disputa de uma lavra de pedras preciosas.



INFOGRÁFICO/ESTADÃO

INFOGRÁFICO/ESTADÃO

SANGUE POLÍTICO * PODER LOCAL

Com mais verbas federais, prefeituras são alvo da cobiça

Depois da Constituição de 88, que permitiu incremento de repasses, executivos locais ganharam mais poder

As mortes de prefeitos aumentaram no País a partir da Constituição de 1988. Da Lei da Anistia, em 1979, até aquele momento, 13 prefeitos foram assassinados, uma média de 1,3 assassinato por ano. A partir da nova Carta Magna, quando as prefeituras passaram a receber maior injeção de recursos federais, foram 65 assassinatos de chefes de Executivos municipais, 2,6 por ano.

Com o repasse de dinheiro de novos fundos federais, a caneta do prefeito se fortaleceu, tornando-se um objeto desejado como nunca, um oásis em regiões onde o emprego e a indústria não chegaram. A luta pelo controle da prefeitura e de Câmaras Municipais tornou-se

menos partidária e mais violenta, a ponto de superar a influência dos grandes proprietários de terras. A ligação entre a grande propriedade rural e a concentração de votos em redutos eleitorais dos grotões, que por tradição alimentaram as figuras do pistoleiro, do capanga e do mandante, foram retratadas, por exemplo, no clássico "Coronelismo, enxada e voto", de Victor Nunes Leal.

Hoje, Paulo Ziulkoski, presidente da Confederação Nacional dos Municípios (CNM), avalia que a disputa por poder está cada vez mais acirrada nos cerca de 4 mil municípios do País com até 20 mil habitantes. "São cidades onde a indústria é a prefeitura", explica.

Ele observa que os crimes políticos nesses municípios são de

ordem mais "pessoal" e "econômica". Segundo Ziulkoski, o prefeito tanto pode ser morto por envolvimento em atos ilícitos e esquemas de desvios de recursos como pode ser alvo dos entraves que enfrenta para governar seu município. "Às vezes, ele não consegue pagar dívidas ou o funcionalismo e entra na mira de pessoas desesperadas", afirma.

Ziulkoski diz que ouve com frequência histórias de funcionários demitidos ou microempresários endividados que foram ao gabinete do prefeito com faca na mão. "As pessoas não querem saber se Brasília

não liberou o dinheiro ou o prefeito enfrenta problemas orçamentários", completa. "O prefeito corre mais risco de morte que a presidente." O coordenador da confederação de municípios diz que o prefeito precisa se preocupar com um esquema para protegê-lo de grupos que tiveram seus interesses contrariados. O problema, avalia, precisa ser discutido pelos órgãos de segurança pública. "O problema é que se o prefeito gastar dinheiro com muitos seguranças vai acabar condenado."

Fundeb. Um crime que se tornou comum no Piauí, Rondônia

e Maranhão é o assassinato de prefeitos por financiadores de campanha. Durante a disputa, agiotas bancam campanhas de candidatos diante da promessa de repasse ilegal de recursos federais. Um dos fundos mais visados é o do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, o Fundeb.

O uso de recursos federais também é apontado como causa da morte de adversários de prefeitos e secretários.

Em setembro de 2009, os sindicalistas e professores Álvaro Henrique Santos e Elisney Pereira, em Porto Seguro, na Bahia, foram mortos numa emboscada. Eles tinham denunciado um esquema de desvio de recursos do Fundeb. O secretário de go-

verno e comunicação do município, Edésio Lima Dantas, foi denunciado como mandante dos crimes. Ficou preso oito meses e, agora, aguarda julgamento em liberdade. Antonio Marcos Carvalho, motorista do secretário, e outras testemunhas foram mortos numa "queima de arquivo". As mortes dos sindicalistas causaram revolta na cidade. Pistoleiros tinham invadido o sítio de Maria Aparecida Santos, mãe de Álvaro, e que estava com o neto Arthur Henri, uma criança com deficiência. Os assassinos obrigaram a mulher a telefonar para Álvaro e dizer que o menino passava mal. Ao chegar ao sítio em companhia de Elisney, Álvaro foi recebido à bala. Elisney morreu no local. Álvaro ainda foi levado para o hospital e morreu seis dias depois.

65

Prefeitos foram mortos depois da Constituição de 1988

Celso Daniel e Toninho, os pesadelos do PT

A morte dos 2 prefeitos, de Santo André e de Campinas, ainda é foco de polêmicas; motivação política não foi provada

Véspera da eleição de segundo turno presidencial que será vencida por Dilma Rousseff. Gilberto Carvalho, então chefe de gabinete do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, chega ao Cemitério São Miguel, em Santo André, São Paulo, na manhã de 30 de outubro de 2010. Deposita flores no túmulo do ex-prefeito Celso Daniel, assassinado há mais de oito anos antes, em situação nunca esclarecida. "Era para ser ele (o sucessor de Lula)", se limita a dizer Carvalho ao Estado na saída do cemitério.

O hoje ministro da Secretaria-Geral da Presidência foi amigo e secretário de Celso Daniel. Os irmãos de Celso Daniel, porém, responsabilizam Carvalho e o partido pela morte do petista. Afirma que o crime foi político e causado por um sombrio esquema de desvios de recursos de prefeituras para financiamento de campanhas eleitorais. Para a família do prefeito assassinado, Celso Daniel havia descoberto o esquema de desvio de recursos e estava disposto a denunciá-lo. Essa teria sido a razão de sua morte. Carvalho e a cúpula petista sustentam que se tratou de crime comum e

negam o esquema de caixa dois.

Cotado para o ministério do primeiro mandato de Lula, Celso Daniel foi morto com 13 tiros na noite de 18 de janeiro de 2002. As investigações oficiais não são conclusivas quanto aos motivos do assassinato. A Polícia Civil destaca que o prefeito foi confundido por criminosos de uma favela que pretendiam sequestrar um comerciante. O Ministério Público avalia que o caso teve motivação política e denunciou o empresário Sérgio Gomes da Silva, o Sombra, ex-segurança que estava no carro com o prefeito, como mandante do crime. Até o momento, polícia e MP não apresentaram argumentos definitivos.

Sombra, o ex-secretário da prefeitura Klinger Luiz Oliveira Souza e o empresário Roman Maria Pinto são investigados por suposto esquema de cobrança de propina em Santo André. O MP afirma que Sombra decidiu matar o prefeito após

Celso Daniel e dirigentes do PT descobrirem o esquema montado pelo grupo. O ex-segurança e Celso Daniel tinham saído de uma churrascaria nos Jardins, em São Paulo, numa Mitsubishi Pajero, quando foram perseguidos e cercados pelos criminosos que estavam em três carros, na zona sul da cidade. O prefeito foi retirado do veículo. O corpo apareceu três dias depois, com marcas de tortura e tiros, numa estrada próxima à Rodovia Régis Bittencourt.



Adeus. Enterro de Celso Daniel: para polícia, petista e outros 4 prefeitos paulistas mortos não foram vítimas de crime político

Adversário do PT, Bruno Daniel, irmão de Celso, acusou a direção nacional do partido de montar um outro esquema de desvio de recursos, que abrangeria as prefeituras paulistas administradas pela legenda para garantir recursos às suas ações. Bruno e Celso não se falavam. Não se apresentou um elo entre esse suposto esquema e o assassinato. A Polícia Federal não entrou na investigação. Dirigen-

tes petistas nunca esconderam o temor pela politização do caso e a manipulação de fatos com interesses eleitorais.

Campinas. Outro caso com características de crime de mando que teve versões conflitantes é a morte de Antonio da Costa Santos, o Toninho do PT, prefeito de Campinas, em 2001. A polícia afirma que ele foi morto num assalto. A família e os ami-

gos rejeitam a versão. O assassinato de Toninho tem contornos de crime político pela sequência de mortes. Numa operação frustrada para prender supostos matadores de Toninho, foram mortos numa operação policial em Caraguatatuba, ainda em 2001, quatro suspeitos.

Em razão das divergências acentuadas entre as versões da polícia e do MP, as mortes de Celso Daniel e Toninho do PT

não estão na lista de assassinatos políticos deste caderno.

A morte do prefeito de Monte Alto, Gilberto Morgado, do PT, em 2006, encontrado sem vida em frente a um flat na Avenida Rebouças, em São Paulo, também não consta da lista. Morgado tinha feito denúncias contra a empresa que recolhia o lixo em Monte Alto. A polícia, no entanto, concluiu que o prefeito se jogou do 23.º andar.

Vítimas em três décadas

Os crimes contra prefeitos paulistas

Edgard Máximo Zamboto



Em 1979, o prefeito de Jarinu, Edgard Máximo Zamboto, da Arena-2, saía da prefeitura quando foi abordado pelo empresário Marcos Bruno Censi, que

disparou um tiro em sua direção. Zamboto levantou o braço esquerdo numa reação de defesa. O empresário deu outro tiro que acertou a mão do prefeito e mais outro que atingiu sua veia aorta. Zamboto caiu. Censi ainda deu mais dois tiros. A polícia, o empresário alegou legítima defesa e sustentou a versão de que o prefeito estava

com um revólver e o ameaçou de morte. A polícia concluiu que Zamboto não usava arma naquele dia e destacou no inquérito que o empresário tinha interesse político na morte do prefeito.

José Oliva de Melo Junior



O popular José Oliva de Melo Junior, o Zezé Oliva, foi o único prefeito paulista que venceu a eleição no período democrático depois de sua morte. Assassinado num comício a três dias do pleito de 1998, em

Biritiba Mirim, ele teve o nome escolhido pela população para chefiar a prefeitura. Como as cédulas já estavam prontas, o Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo aceitou repassar os votos dele para o candidato a vice em sua chapa, Jairo Molina. Um neto de Zezé Oliva, Carlos Alberto Toina, ocupou o cargo de vice.

Geraldo Barbosa de Almeida



O prefeito de Arujá, Geraldo Barbosa de Almeida (PMDB), deixava a prefeitura

com a mulher, Eliana Negrão, na noite de 6 de fevereiro de 1990, quando três homens encauzados se aproximaram e dispararam sete tiros. O vice-prefeito, João Pedro dos Santos, o João Baiano, assumiu a prefeitura. Ele chegou a ser acusado de ser o mandante do crime, pois havia formalizado, pouco antes, denúncia contra o prefeito por racismo. A Justiça, no entanto, o absolveu em 2009, dezoito anos depois do crime.

Mitharo Tanaka



Na noite do sábado, 9 de abril de 1983, o prefeito de Campo Limpo Paulista, Mitharo Tanaka (PMDB), participava de um churrasco em casa quando foi atender à campanha. Ao abrir a porta, levou quatro tiros de revólver. A polícia apontou Alcebiades Grandi-zoli, o Pardal, candidato do PDS derrotado na eleição municipal do ano anterior, como mandante do crime. Pardal foi visto momentos depois dos disparos perto do corpo de Tanaka. A polícia, ele disse que

www.estadao.com.br/acervo

ESTADÃO ACERVO

Crime e castigo

ALTERNATIVA AOS CORONÉIS, SÂNIA FOI PARAR NA CADEIA

Primeira mulher a governar o município de Anadia, ela é acusada de mandar matar ex-aliado



Cassada. Sônia está em prisão domiciliar em Maceió

Em 2008, dois anos antes de Dilma Rousseff chegar à Presidência da República, a também petista Sônia Tereza Palmeira Barros Teixeira fazia história ao ser eleita prefeita de Anadia, cidade de 17 mil habitantes a 94 quilômetros de Maceió. Primeira mulher a governar o município, ela desbancou políticos tradicionais e tornou-se a aposta do PT no agreste de coronéis. Mas os primeiros anos do mandato de Sônia foram marcados por divergências com a Câmara Municipal, incluindo a bancada aliada, e acusa-

● **Emboscada**
“Estamos consternados com esta barbárie”

Sônia Barros Teixeira
EX-PREFEITA DE ANADIA, SOBRE A MORTE DO ALIADO LUIZ FERREIRA DE SOUZA. NOVE DIAS DEPOIS DO CRIME, ELA E O MARIDO FORAM PRESOS - ELES VÃO A JÚRI COMO MANDANTES DA MORTE DE SOUZA

ção de desvio de verbas.

Em meio ao desgaste político de Sônia, em 3 de setembro de 2011, sábado, o vereador e médico Luiz Ferreira de Souza (PPS), 61 anos – até então um

aliado da prefeita –, anunciou num programa de rádio na cidade vizinha de Marimbondo que disputaria com ela o comando de Anadia nas eleições de 2012.

Depois da entrevista, Souza voltou num Siena prata para Anadia. Na rodovia AL-450, perto do povoado de Tapera, parou para atender um pedido de socorro – uma pessoa estaria passando mal na estrada. Era uma emboscada. Antes de Souza sair do carro, um homem disparou 13 tiros de pistola 9mm no vidro da frente, atingindo a cabeça do vereador.

O crime causou comoção em Anadia. A prefeita decretou luto oficial e foi ao velório de Souza consolar a família. Em entrevista, a prefeita chorou. “Estamos consternados com esta barbárie.” Nove dias depois, a polícia prendeu Sônia e o marido, Alessandro Leal, o Gaúcho. Após uma investigação, que incluiu rastreamento de celulares de várias pessoas, a polícia descobriu que o casal se comunicou com policiais e pistoleiros no período de uma semana antes até momentos depois do ataque.

Desvios. Dias antes do crime, a Câmara discutia a cassação do mandato de Sônia, suspeita de desviar R\$ 7 milhões da prefeitura, e Luiz Souza avisara que votaria contra a prefeita. Presa numa cela do presídio Santa Luzia, em Maceió, Sônia teve o mandato cassado, mas não abandonou o jogo político: lançou o filho, Raymir, candidato à prefeitura pelo PSD, em coligação com PT e PMDB. O herdeiro foi eleito.

O juiz de Anadia, Helestron Costa, decidiu que Sônia e Alessandro vão a júri popular como mandantes do crime. O julgamento ainda não tem data marcada. Walemberg Wanderson Torres, apontado como autor dos disparos, está foragido. Foram citados no processo outros três pistoleiros, que admitiram ter recebido R\$ 5 mil pelo crime. Procurada, Sônia Tereza preferiu não fazer comentários. Ela está em prisão domiciliar em Maceió.



FICHA TÉCNICA

● **A vítima:** Luiz Ferreira de Souza, vereador

● **O crime:** Carro de Souza foi atingido por tiros em 2011

● **A motivação política:** Inquérito diz que crime ocorreu pela disputa por espaço eleitoral no município

CAMPANHA NA PRISÃO RENDE NOVO MANDATO A LULA CABELEIRA

Político de Delmiro Gouveia enfrentava suspeita de participar da morte de vereador



Poder. Lula Cabeleira está no quarto mandato de prefeito

Luiz Carlos Costa, o Lula Cabeleira, é um sertanejo baixinho, que fala pouco, olha desconfiado até para os mais íntimos e não sai de casa sem fincar medalhas de santos na camisa engomada. Calvo, herdou o apelido Cabeleira de um irmão, Ernesto Cabeleira, que causou espanto no sertão conservador quando, na adolescência, deixou os cabelos crescerem. O estilo introspectivo não impediu que Lula conquistasse no ano passado, pelo PMDB, o quarto mandato de prefeito de Delmiro Gouveia, maior cidade do semiárido alagoano, de 48 mil moradores.

● **'Armação política'**
“Isso não só me prejudicou politicamente, como moralmente e mentalmente. Nunca tive história de violência na vida. Fiquei machucado”

Lula Cabeleira
PREFEITO SUSPEITO DE ENVOLVIMENTO NA MORTE DE UM VEREADOR

Ele foi motorista de táxi e caminhoneiro. Depois de rodar o Brasil, voltou ao sertão com uma frota de dez carretas. Antes de entrar para a política, já era dono de quase toda Delmiro

FICHA TÉCNICA

● **A vítima:** Fernando Aldo, vereador

● **O crime:** O vereador foi morto a tiros em uma festa de carnaval, em 2007, em Mata Grande

● **A motivação política:** Investigação apontou disputa intensa pelo poder local



Seis anos após denunciar primos em gravação, prefeito é morto no Ceará

Líder político em Acaraú, médico João Jaime foi assassinado após recusar financiamento para campanha de parente

Em 1992, o médico João Jaime Ferreira Gomes (PSDB), líder político de Acaraú (CE), reuniu a mulher Magna e os filhos João Magno e Cristiano e gravou uma fita cassete para denunciar três primos por desvios de recursos, esquema de propinas e assassinatos. “Se acontecer algo comigo de violência sejam responsabilizados os meus primos que eu nem os considero mais, o Aníbal, o Du-

quinha e Amadeuzinho. São esses três. Se algo acontecer, não só comigo, mas com vocês, eles serão responsabilizados. Peguem essa gravação e levem para autoridades confiáveis”, afirmou. Na gravação, o médico acusa os primos de assassinarem o empresário Afonso Fontes, que disputaria o cargo de deputado federal em 1986, o que dividiria os votos com Aníbal Ferreira Gomes.

Em maio de 1998, dois anos após se eleger prefeito e seis após gravar o vídeo, João Jaime foi assassinado. Ele estava num escritório em Fortaleza à espera do primo e vice-prefeito, Amadeu Gomes, que não apareceu. Quem chegou foi uma dupla. Um dos ho-



Tragédia. João Jaime levou um tiro no olho em 1998

mens se dirigiu a João Jaime e atirou no olho esquerdo dele.

O prefeito tinha recusado, segundo a Polícia Civil, financiar a

campanha pela reeleição de Aníbal com verba do Ministério dos Transportes.

Os Ferreira Gomes dominavam o litoral norte do Ceará desde 1946, quando o coronel José Filomeno Ferreira Gomes se elegeu deputado estadual pelo PSD. Os filhos dele se dividiram em dois grupos: “filomenos pretos” e “filomenos brancos”. Os “filomenos pretos”, liderados por João Jaime Ferreira Gomes, pai de Joãozinho, o prefeito morto, e os “filomenos brancos”, sob o comando de Amadeu Ferreira Gomes, pai de Aníbal, Amadeu e Duquinha, se revezavam no controle da prefeitura. Com a morte do prefeito, houve a separação. O jazigo que guardava os restos mortais da família foi aberto e os ossos de “filomenos pretos” retirados e enterrados em outra tumba.

Ex-aliados viram concorrentes e pré-candidato é eliminado

Quando um pré-candidato a prefeito é assassinado, é natural suspeitar de crime encomendado por um dos concorrentes. Em Almirante Tamandaré, cidade paranaense de 100 mil habitantes a 17 quilômetros de Curitiba, a delegada Adelair Manfron desafiou a lógica ao investigar a morte do bancário e pré-candidato Miguel Siqueira Donha (PPS), em janeiro de 2000.

Irmã do prefeito Cezar Manfron (PTB), a polícia abriu linha de investigação que apontava a viúva, Yara, como mandante do crime. Dizia estar convencida de que Donha havia deixado muitos seguros de vida e sua morte interessava a Yara. Tudo mudou com as prisões do mecânico Edson Faria, 19 anos, e de

José Geraldo Pereira Augusto, reconhecidos por testemunha.

Faria revelou que Antonio Martins Vidal, o Tico Pompilho, segurança e motorista do prefeito, o contratou por R\$ 300 e promessa de emprego na prefeitura. O mandante seria Azemir João de Barros, irmão do prefeito, como a delegada. Foi Manfron quem sugerira a entrada do bancário na política. A relação entre eles desandou quando Donha passou a ter luz própria.

Nove meses após o crime, o prefeito se reelegeu. Enquanto respondia a acusações de integrar o consórcio que mandou matar o adversário, Manfron conseguiu uma concessão da Caixa para abrir outra casa lotérica na cidade.

passava pelo local e foi prestar socorro. Pelas investigações, Pardal, ex-administrador regional da Freguesia do Ó, no governo Paulo Maluf, quis eliminar Tanaka para forçar nova eleição. Pardal morreu em 1994 sem ir a julgamento. Parentes de Tanaka disseram que o prefeito recebera telefonemas com ameaças. Ele teria sido forçado a renunciar ao cargo de prefeito.

Fernando Ramirez



Na manhã de 22 de setembro de 1998, o prefeito de Monções, Fer-

nando Ramirez (PSDB), seguia em um Fusca para buscar leite em sua fazenda, no interior do município, quando parou numa ponte de madeira cheia de paus e pedras. Nesse momento, ele foi dominado e rendido por um desconhecido. O corpo do prefeito, com perfurações causadas por oito balas, foi encontrado à noite em um Fusca perto de Araçatuba. O vice-prefeito da cidade e escrivão de polícia Edson Luís Vieira (PFL) disse em entrevista que estava com medo. No entanto, antes de assumir o cargo, foi preso e acusado de ser o mandante do crime. Ficou um ano na prisão.

Gilberto Soares dos Santos



Na madrugada de 10 de outubro de 1998, o prefeito de Igarapava, Gilberto Soares dos Santos (PSDB), o Giriri, foi retirado de sua casa por quatro homens, dois deles encapuzados, e levado para a Via Anhangüera. À margem da pista da rodovia, ele levou 11 tiros, três dos quais na cabeça. O vice-prefeito Sérgio Augusto Freitas (PSDB) chegou a ser apontado como mandante, mas foi absolvido pela Justiça. A investigação concluiu que a morte do prefeito atendia a interes-

ses de políticos e empresários da cidade, envolvendo até acertos de dívidas. A decisão de Giriri e Sérgio Augusto de disputarem juntos a eleição municipal de 1996 causou surpresa entre os eleitores da cidade. Eles representavam duas famílias rivais em Igarapava desde o golpe militar de 1964. Os Santos eram ligados ao MDB e os Freitas, à Arena. Desde que assumiu o comando da prefeitura de Igarapava, Giriri não teria cumprido acordos de nomeações políticas de aliados do grupo do vice-prefeito. Um empresário, Fued Maluf, foi julgado pela morte do prefeito.

José Carlos Arruda



O prefeito de Rio Grande da Serra, José Carlos Arruda (PRP), o Carlão, foi sequestrado na porta de casa no dia 10 de abril de 1998. Três dias depois, seu corpo foi encontrado com cinco perfurações e ferimentos na cabeça. A polícia chegou a prender vereadores da cidade supostamente envolvidos. O vereador Valdir Mittertein pegou 14 anos de reclusão. Outro vereador, Ramon Velázquez, teve o processo arquivado. O presidente da Câmara Municipal, Ezequiel Oli-

veira, foi absolvido pela Justiça pelo crime.

Walderi Braz Paschoalin



Ao chegar aos estúdios da Rádio Astral, na cidade de Jandira, para gravar um programa, o então prefeito Walderi Braz Paschoalin (PSDB) foi fuzilado, por quatro pistoleiros. Era o dia 10 de dezembro de 2010. Wellington Marins, motorista do prefeito, também foi atingido e, seis meses depois, também morreu.

SANGUE POLÍTICO * REVANCHES



A disputa por poder dos Araquan e Benvido no Polígono da Maconha

Briga de clãs começa em 1988, atravessa a década de 90 na esteira do Comando Vermelho e termina com a falência de Sequeiro, no sertão

É quase sempre assim. Famílias entram em luta para manter o poder político. Os clãs Araquan e os Benvido, de Belém de São Francisco, sertão pernambucano, apostam na tática de eleger vereadores para garantir influência sobre a polícia na cidade e ter força numa disputa que começou com uma discussão de bar, em junho de 1988.

O primeiro morto foi Clodoaldo Gonçalves, da família Araquan, que entrou alcoolizado no bar Asa Branca, dos Benvidos, e xingou as mulheres da família rival. A discussão virou tiroteio. Ele foi baleado por Antonio Maximiano da Cruz, dos Benvidos. Antonio admitiu à polícia a autoria do crime: “Se levantar, eu mato de novo”. Em seguida, um agricultor da família Benvido foi morto por vingança. Era o início de uma série de mortes.

Nessa época, fim da década de 80, aumentaram os plantios de maconha nas ilhas e margens do rio São Francisco – região que ficou conhecida como Polígono da Maconha. Os registros da polícia

FICHA TÉCNICA

● **A vítima:** Geraldo Gonçalves, vereador apoiado pelos Araquan

● **O crime:** Geraldo teria sido morto a mando da família Russo, ligada aos Benvidos, em 1994

● **A motivação política:** Uma briga entre famílias pelo controle de cidades atingidas pelo tráfico

cia indicam que agricultores das duas famílias começaram a plantar maconha para comprar armas e munições. As plantações de cebola, milho e feijão foram abandonadas na região do Sequeiro, caatinga sem fontes de água que depende de irrigação.

Logo surgiram os dois personagens mais importantes da luta: Jucicleiton Nascimento dos Santos, o Cleilton Araquan, que embora não fosse da família tornou-se o principal líder do clã, e Francisco José da Cruz, o Chico Benvido, chamado de “Novo Lampião”. Por ter pele negra, os Ben-



vidos eram chamados de Negos pelos Araquan, que por sua vez eram apelidados de galegos. A luta se espalhou a outros municípios e envolveu outras famílias.

Comando Vermelho. As famílias começaram a trocar maconha por armamentos com o grupo Comando Vermelho, do Rio. Quando o governo federal mandou o Exército destruir as plantações de maconha, no final dos anos 1990, o Comando Vermelho se afastou e as famílias ficaram sem dinheiro. Elas avaliaram que, se elesgessem vereado-

res, controlariam ações policiais contra os rivais.

Vereadores. Em 1994, o vereador Geraldo Gonçalves, o Geraldo da Rosa, eleito com apoio dos Araquan, teria sido assassinado pela família Russo, de Cabrobó, ligada aos Benvidos. Um júri popular absolveu por 7 votos a o o pistoleiro acusado pelo crime.

Em 1996, os Benvidos lançaram a candidatura a vereador de Miguel Benvido, pelo PFL. O partido foi procurado pelos Araquan para lançar José Menezes. Miguel venceu; Menezes ficou na suplência. Miguel foi assassinado. O inquérito da polícia, guardado no cartório de Cabrobó, informa: “A 24 de outubro de 1997, pelas 17 horas, perto da Fazenda Recanto, na BR-316, os Benvidos deflagraram diversos disparos contra Miguel.” Os Benvidos avisaram ao suplente que se ele assumisse a cadeira de vereador seria morto. A ameaça foi cumprida. As mortes de políticos motivaram chacinas. O nú-

mero de assassinatos por vingança disparou. Naqueles dias, 18 homens armados da família Benvido invadiram o sítio Ipuera, reduto dos Araquan, e fuzilaram três agricultores do clã rival. O inquérito destaca que os criminosos tinham armamentos pesados e usavam capuzes e jaquetas da Polícia Federal. Após a chacina, o bando foi para Belém, onde estava preso Osvaldo João dos Santos, o Vavá Araquan, parente dos mortos. A polícia impediu que eles entrassem na delegacia.

Trégua. Chico Benvido, líder da família, chamou o primo e então vereador José Neto para tentar costurar um acordo de paz com os Araquan. “A melhor forma é entrar em acordo. Eu mato dez, eles matam dez. Eu mato cinco, eles matam cinco”, teria dito Chico, segundo relato de Neto. “Você nunca sabia quem batia à porta: se a polícia ou o inimigo. Todos vinham de colete. A polícia

fornecia munição. Se não fizesse acordo, a gente corria risco de morrer. Se fizesse, podia dar errado e a gente morreria do mesmo jeito”, lembra o ex-vereador.

Durante o processo de paz, os líderes das famílias foram mortos. Em abril de 2003, 45 homens da tropa especial da polícia de Pernambuco entraram na caatinga para caçar Chico Benvido.

Após 20 dias de perseguição, Chico morreu numa troca de tiros numa ilha do São Francisco. Quase seis meses depois, era a vez de Cleilton cair. Acompanhado de 15 homens na cidade baiana de Pilão Arcado, ele liderou um salto a uma agência do Banco do Brasil. A PF o esperava. Ele conseguiu entrar na agência e levar o dinheiro. Na perseguição, acertou um agente federal, mas foi baleado e morto.

Cabeça quente. Osvaldo João dos Santos, o Vavá, 47 anos, é o atual chefe dos Araquan. Passou

18
Homens do clã Benvido fuzilaram 3 do clã rival

Dias de fúria

ASSASSINATO NO MERCADO INICIA ONDA DE CRIMES

Em Caraúbas, Rio Grande do Norte, vingança de clã descamba para assaltos e mortes violentas

Tempos depois do assassinato do vereador Antoninho Carneiro, sua irmã, Luzia, levou os sete filhos menores ao cemitério de Caraúbas (RN) para ajudá-la a exumar e limpar os ossos do chefe da família. Um dos meninos, José Vantuil Carneiro, o Vanzinho, lembra a fúria e ódio da mãe. “Ela levantou o

crânio do meu tio com as duas mãos e disse que o espírito dele tinha de entrar no nosso corpo. Mãe só queria vingança.”

Cinco anos antes, a 18 de outubro de 1967, o vereador desafiou o poder do delegado, o sargento Adelson, e lavou um caminhão no açude público de Caraúbas, hoje uma cidade de 19 mil habitantes da Chapada do Apodi. Foi

um desafio fatal.

Vanzinho faz um relato da morte do tio: “O sargento era campeão de tiro da Polícia Militar. Houve um desentendimento entre ele e meu tio. Eles estavam na porta do mercado municipal quando meu tio esquentou a cabeça e arrastou o revólver e mandou ele arrastar o revólver também. Meu tio deu seis tiros na direção da cabeça do sargento. Foi embora, mas voltou para confesar. ‘Quero olhar a cara do cachorro morto’, afirmou. Mas só viu uma poça de sangue. O sargento, que não morreria, apertou o gatilho e acertou no olho do meu tio”.

Com a morte do líder, os Carneiros intensificaram a violência nas relações políticas. Começava a saga do clã que, em meio à disputa por poder, pegou em armas para consumir a vingança e partiu para a criminalidade, de-

xando no caminho um rastro de sangue. Uma das famílias rivais eram os Fernandes, que tiveram um dos seus filhos, Nero Nazareno Fernandes, então presidente da Câmara Municipal de Caraúbas, assassinado em 1981.

Nessa época, quem liderava a família era o fazendeiro Luiz Benevides Carneiro, o Doutor Benevides, sucessor de Antoninho. Foi para sufocar os Fernandes e financiar a candidatura a prefeitura de Caraúbas de um aliado, Raimundo Amorim, o Zimar, que Benevides planejou assaltar em Mossoró, em 18 de maio de 1982, um carro que levava dinheiro do programa de emergência do governo federal aos atingidos pela seca. Vanzinho atuou na logística do assalto, que envolveu outros três homens.

O roubo era parte do plano de Doutor Benevides para virar pre-

FICHA TÉCNICA

● **Uma das vítimas:** Agnaldo Pereira da Silva, prefeito

● **O crime:** Em 2001, o prefeito, sua mulher e três seguranças foram mortos numa emboscada

● **A motivação política:** Uma antiga rixa política entre as famílias Fernandes e Carneiro

feito de Caraúbas. Ele entregou os R\$ 3,2 milhões (em valores de hoje) do assalto a Zimar, candidato mais viável na disputa de 1982, com o acordo de que, após concluir o mandato, o eleito lhe daria apoio para suceder-lhe. Uma pequena parte foi distribuída entre os quatro assaltantes cariocas



contratados para o serviço. Dias depois, os assaltantes voltaram a Caraúbas com o filho de um deles, de apenas 4 anos, para exigir mais dinheiro. Doutor Benevides armou uma emboscada em seu sítio, na zona rural do município, e fuzilou os cinco. Doutor Benevides ainda ordenou que os



WILSON PEDROSA/ESTADÃO

Saga. Osvaldo João dos Santos, o Vavá, atual chefe dos Araquan, preso por envolvimento no assassinato de um vereador: 'Ninguém quer perder. Na hora que perde, o cabra fica com a cabeça quente'

Raiz histórica explica violência

'Banho de sangue' vem desde o período colonial, teve impulso na República Velha e foi inflado pela impunidade da atualidade

Há algo de errado em Pernambuco, terra do frevo e do maracatu, com 8,8 milhões de habitantes em 185 municípios. O Estado que sempre se destacou no Nordeste por sua força econômica, tradição política, cultura de oradores e história de movimentos revolucionários lidera a lista nacional de homicídios motivados por disputa de poder – são 210 crimes políticos no período democrático, quase o dobro de Alagoas, o segundo colocado.

Parte da explicação para esse banho de sangue está na raiz histórica da violência pernambucana, ainda do período colonial. Ela ganhou impulso no começo do século 20, com a Política dos Governadores – acordo fechado na República Velha pelo qual o governo federal assegurava apoio aos governos estaduais e, em troca, estes mobilizavam sua base local (no Nordeste, os coronéis) para garantir maioria nas Assembleias Legislativas.

Em Pernambuco, esse jogo gerou uma aliança entre novas lideranças do Recife e antigos clãs violentos do interior. A impunidade inflou o número de assassinatos políticos no período recente.

É no Estado, especificamente no semiárido, que estão os dois municípios com os maiores índices de crimes políticos no País – Belém do São Francisco (39 mortos) e Floresta (33). Neles, o tráfico e o plantio de maconha realimentaram ou criaram rixas de famílias, a polícia não interferiu nas execuções decorrentes das disputas e os agentes políticos nos planos nacional e estadual aceitaram fazer alianças com oligarquias regionais sangrentas.

Dependência. Mesmo se o sertão – palco das lutas de famílias e disputas pelo tráfico de drogas no Polígono da Maconha – fosse excluído do levantamento, a violência no agreste e litoral pernambucanos manteria o Estado à frente da Bahia (95 mortos) e de São Paulo (63). Nele, a área de Segurança Pública tem um grau de dependência dos chefes políticos locais como em nenhum outro Estado, com dificuldade de se distinguir jagunços, milícias particulares e destacamentos policiais.

Autor de livros sobre o passado sangrento do Nordeste, como *Guerreiros do Sol* e *A Guerra Total de Canudos*, o historiador Frederico Pernambucano de Mello observa que o processo de colonização do Brasil, iniciado no litoral de Pernambuco, e que entrou pelo sertão, marcou o início de uma época violenta. "Essa penetração em direção ao sertão, pelo Vale do São Francisco, se resu-

miu a um grande conflito entre pecuaristas da Casa da Torre e da Casa da Ponte, dos Guedes de Brito, todas com sede em Salvador, e padres capuchinhos e jesuítas que atuavam em missões indígenas."

Ele avalia que esse processo gerou uma galeria rica de agentes da violência, como o cabra, o capanga, o pistoleiro, o jagunço e o cangaço. No caldo que fermentou essa violência há ainda a tradição de dizer focos de fanatismo religioso e o predomínio das grandes propriedades de cana, no litoral, e de criação de bois, no sertão. "Numa sociedade pastoril, o grande crime é o roubo do gado. O homicídio pode ser um crime de honra", diz Mello. "No sertão que eu vi, o ladrão de gado não era preso, era morto. O litoral não entende assim. Um grande autor, o cearense Gustavo Barroso, usava uma possínclice: 'No sertão, quem se não vinga está moralmente morto'."

Vem de Pernambuco um foco irradiador da violência, especialmente política, no Norte-Nordeste. É a região dos vales do Rio Pajeú e do Riacho do Navio, de onde saiu a figura do pistoleiro hoje presente nos conflitos agrários na Amazônia. "Foi ali que surgiram grupos de cangaço, como meio de vida ou instrumento de vingança", afirma Mello.

No Sertão, tucano ajuda novos líderes na velha política

Com a bênção de Sérgio Guerra, que presidiu PSDB, ex-deputado suspeito em 13 homicídios elege filhos e ganha absolvição política

Os irmãos Juliano Martins, de 25 anos, e Claudiano Martins Filho, o Cacau, de 23, eram garotos em 2000, quando viram o pai, o ex-deputado estadual Claudiano Martins, algemado e preso, acusado de chefiar a pistolagem no agreste de Pernambuco. "Nunca tive problema por causa disso", afirma Juliano, eleito no ano passado prefeito de Itaíba (PE), pelo PSDB. "Eu tive. Um professor fazia piada", diz, em tom sério, o também tucano Cacau, eleito deputado estadual em 2010.

Isolado numa fazenda na região de Itaíba, o ex-deputado Claudiano Martins, hoje com 47 anos, comemora o resultado da renovação em família. Contra ele e os irmãos Numeriano, Aureliano, Otaviano e Eliano Martins pesavam acusações de assassinatos ocorridos de 1992 a 1999, a maioria de representantes de uma família adversária. O clã estava envolvido, segundo investigações policiais, na morte de 13 pessoas – mas as denúncias não foram adiante. Claudiano ainda responde pela morte de um líder sem-terra em 2005.

Os Martins estão no agreste desde o tempo do Império. Um coronel da família escondia Lampião nas passagens do rei do cangaço pela região.

A história política de Claudiano começa em 1988, quando foi candidato a vereador em Itaíba pelo PPS. Foi reeleito, presidiu a Câmara e, após um mandato como prefeito, chegou à Assembleia, em 1998.

A prisão de Claudiano, em 2000, marcou a família. O então senador e hoje deputado federal Sérgio Guerra (PSDB-PE) deu apoio na hora da turbulência. Cerca de 25 mil votos de Itaíba e cidades vizinhas, angariados pelos Martins, passaram a ser sempre dele. "O senador foi o primeiro a defender o nosso pai e nossos tios. Ele é o nosso chefe, o nosso cacique", afirma Juliano.

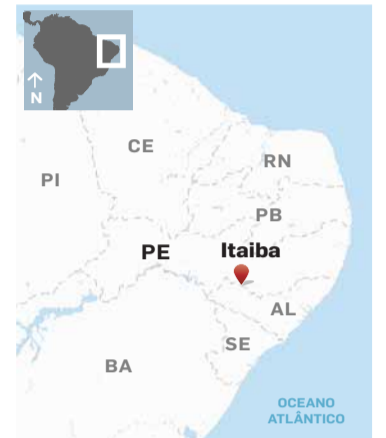
Cacau ambiciona uma cadeira no Congresso. Mas o sonho está atrelado ao projeto de Guerra. "É fidelidade." Ao dar a mão aos

FICHA TÉCNICA

● **A vítima:** Anilton Martins da Silva, sem-terra

● **O crime:** Anilton abastecia o carro quando foi morto, em 2005

● **A motivação política:** O sem-terra fazia acusações contra o grupo dos Martins, o que segundo promotores causou o assassinato



Martins, uma espécie de absolvição por meio da política, o tucano entregou espaço político para o aliado respirar e, também, garantiu para si votos necessários à manutenção de sua atuação parlamentar.

Se não fosse a aliança com Guerra, os Martins estariam totalmente integrados ao projeto do governador Eduardo Campos, do PSB, que vive assediando a família. Cacau é aliado de Campos na Assembleia. Na eleição de 2010, Campos esteve em Itaíba para confraternizar com os Martins e apoiar Cacau. O deputado diz que a relação é antiga. "Meu pai apoiou os dois mandatos de Arraes (*Miguel Arraes, ex-governador e avô de Campos*). Meu pai é amigo particular de Eduardo. Estamos juntos com Eduardo e com o doutor Guerra."

Nas duas vezes em que foi preso, Claudiano teve apoio de Guerra, ex-presidente nacional do PSDB. Em 2000, o então prefeito de Itaíba recebeu voz de prisão do deputado estadual Pedro Eurico, do PSDB, presidente da CPI da Pistolagem da Assembleia, e, em 2006, foi preso pela Polícia Federal por suposto desvio de recursos. Sérgio Guerra, segundo contam os aliados locais, telefonou para o então ministro da Justiça Márcio Thomaz Bastos e para ministros do Supremo Tribunal Federal para libertar Martins. "Acredito e confio em Claudiano", afirma Guerra.



Herdeiro. Juliano Martins, de 26 anos, prefeito de Itaíba

WILSON PEDROSA/ESTADÃO

mais jovens do seu bando atirassem nos corpos até a última bala para "perderem o medo". Os corpos foram queimados.

Intervenção. A partir do desaparecimento dos cariocas, a polícia do Rio Grande do Norte elucidou o assalto. O governador Aluizio Alves, do PMDB, que na campanha de 1982 sugerira que o então prefeito biônico de Natal José Agripino Maia, do PDS, hoje senador do DEM, estava ligado ao assalto, passou pelo constrangimento de ver um aliado do interior, o prefeito eleito de Caraúbas, Zimar Fernandes, como o principal beneficiário do roubo. Zimar foi preso, mas logo depois saiu e reassumiu a prefeitura, graças à influência de Aluizio Alves.

Doutor Benevides e seus parentes foram cercados pela polícia em um sítio no Piauí. Solto

por intermédio de Zimar Fernandes, Doutor Benevides retomou o controle do clã em Caraúbas. E passou a cobrar de Zimar o acordo para que o prefeito o apoiasse na sua sucessão – o que ele não fez, indicando outro candidato. Era a senha para uma nova manobra. Em 1992, Zimar foi acusado de executar o advogado dos Carneiro, Antonio Carneiro Filho – filho do vereador Antonio Carneiro, morto pelo sargento Adelson –, e a mulher dele, Maria da Luz Gurgel. No ano seguinte, os Carneiro mataram Zimar.

Em meio às acusações de crimes políticos, os Carneiro entram de corpo e alma na campanha de Ana Catarina Alves para deputada federal, em 1994. Ana Catarina era filha de Aluizio Alves e irmã de Henrique Eduardo Alves, também candidato a uma cadeira na Câmara Federal.

Novo round. Depois, os Carneiros se envolveram numa disputa sangrenta com outro clã, os Simeão Pereira. O chefe dos Simeão Pereira era o médico e capitão da PM Agnaldo Pereira da Silva, que se transferiu de Patu, sertão potiguar, para Caraúbas, onde começou a trabalhar no hospital do município. Depois chegaram os irmãos João, também médico, e Elinaldo, pecuarista. Anos depois, Agnaldo seria eleito prefeito, acirrando mais a disputa com os representantes dos Carneiro.

O desentendimento entre os clãs teria ocorrido em mais um assalto para angariar dinheiro para financiar campanhas políti-

cas. Elinaldo chamou Valdetário Carneiro, primo de Vanzinho, para assaltar uma fábrica. Valdetário não aceitou porque a fábrica era de um amigo. A partir daí, houve troca de ofensas entre os Carneiro e os irmãos de Agnaldo, Elinaldo e João.

João, também médico, foi fuzilado em 1999, com cerca de 40 tiros. Elinaldo foi morto mais tarde, em 2006. O médico e prefeito Agnaldo Pereira pregava prudência aos parentes e aliados do município.

Emboscada. Na noite de 7 de novembro de 2001, uma caminhonete Ranger fechou o Santana branco em que viajavam o prefeito Agnaldo Pereira, a primeira-

dama Antonia Gurgel, a Nita, e três seguranças, na estrada RN-117, próximo a Mossoró. O Santana capotou e caiu numa ribanceira de dez metros. Os corpos de Nita e dos seguranças foram arremessados para fora. Homens saíram da Ranger atirando nos corpos. Um dos pistoleiros percebeu que o prefeito estava vivo, preso pelo cinto de segurança. O homem se aproximou, disparou dez tiros no crânio e no peito de Agnaldo e, por fim, atirou em cada olho do prefeito.

O massacre, segundo a polícia, foi uma vingança de Valdetário pela morte, dois meses antes, de Benevides. O chefe político dos Carneiro havia morrido na penitenciária de Teresina de enfarte, após uma bomba explodir em sua cela. Os Carneiro acusaram o prefeito Agnaldo de ter planejado o atentado. O governador do

Rio Grande do Norte, Garibaldi Alves Filho, sobrinho de Aluizio Alves, mandou o avião do governo do Estado buscar o corpo de Benevides, que foi recebido com homenagens de herói em Caraúbas.

A prática de assaltos a carros-fortes, agências de bancos e dos Correios pelos clãs que disputavam o poder em Caraúbas levou ramificações das famílias a entrar no mundo da criminalidade comum. Vanzinho foi condenado pelo assalto de 1982 em Mossoró e por vários outros crimes a 142 anos de prisão – cumpriu 12 anos e hoje é cantor evangélico. Tempos depois das mortes dos principais chefes políticos dos clãs, parentes mais distantes foram acusados de organizar assaltos e roubos – sem conotações políticas.

3,2 mi

Foram roubados em assalto para pagar campanha em 1982

SANGUE POLÍTICO * REVANCHES

Tristeza e medo ainda acompanham a velha Exu que Gonzagão pacificou

Mediação do Rei do Baião entre famílias rivais liquidou uma guerra de 8 gerações, mas a tensão continua

A cidade deveria ser alegre, viver no ritmo da sanfona branca de Luiz Gonzaga, o filho mais ilustre. Mas Exu é uma tristeza só. Os moradores se apressam em lembrar que a luta entre as famílias Alencar e Sampaio ficou no passado. Em 1982, ano em que os brasileiros voltavam às urnas para eleger governadores, 18 anos após o golpe militar contra o presidente João Goulart, Gonzagão ajudou a acabar com uma disputa do tempo do Brasil Colônia, que se transformou no maior símbolo das rixas de clãs na política nacional.

A tragédia pode ter ficado no passado, mas, aos poucos, quem é de fora percebe que as marcas do conflito sangrento, que deixou cerca de 40 mortos apenas no período mais recente – da década de 1940 ao início dos anos 1980 – ainda são fortes na cidade de 50 mil moradores, a 630 quilômetros do Recife.

Em Exu, o ódio moldou casas e hábitos. As fachadas têm poucas janelas, as portas ficam fechadas em dias de intenso calor, as conversas e os cumprimentos nas ruas são rápidos e dificilmente se vê, nas noites frescas do sertão, mulheres e crianças em cadeiras nas calçadas. Nada de muita conversa. Tudo por causa do clima de medo que ainda paira no ar.

A luta política dos Alencar no sertão teria começado em 1710, há exatos 303 anos, quando os irmãos portugueses Leonel, Alexandre, João Francisco e Marta, perseguidos pela Coroa portuguesa, se instalaram no pé da Serra do Araripe, entre as capitânias do Ceará e de Pernambuco. A chegada deles deu início a divergências com outras famílias.

Uma neta de Leonel, Bárbara de Alencar, que viria a ser avó de José de Alencar, autor de *O Guarani*, se destacou com seus filhos na Revolução de 1817, contra a Coroa. Foi presa e torturada. Viveu dois anos numa cela empesada de pulgas e ratos. Libertada, veria sete anos depois, em 1824, o filho seminarista José Martiniano proclamar a República na praça do Crato, no Ceará. À frente do governo da capitania estava um Sampaio. A tropa do governador Inácio Manuel Sampaio fuzilou dois filhos de Bárbara – Tristão e Carlos José –, um irmão, Leonel, e um sobrinho, Raimundo.

A matriarca Bárbara era símbolo de um mundo caboclo que resolvia as pendências no punhal e, ao mesmo tempo, de ideias iluministas que conquistaram França e Estados Unidos. Essas ideias chegaram ao universo de Bárbara por meio de amigos padres



Testemunha. A cozinheira Mundica preparou os jantares que Luiz Gonzaga organizou em Exu (PE), para tentar conciliar os Alencar e os Sampaio

que passaram pelo seminário de Olinda. Vista como legítima representante do Brasil, sem trocadilhos, bárbaro, ela é apresentada ainda como a mulher que desafiou homens da família Sampaio por se opor a perseguições de índios, padres e negros.

Barão de Exu. A rixa entre os Alencar e os Sampaio voltou a recrudescer na manhã do dia 10 de abril de 1949. Foi nesse dia que houve um tiroteio em Exu no qual morreram o coronel Romão Sampaio e Cincinato de Alencar. O filho de Cincinato, Francisco Aires de Alencar, saiu ferido. “Francisco, meu marido, ficou 30 anos e três meses paralisado”, conta Diva de Alencar Parente, 79 anos, em frente ao casarão da fazenda Gameleira, que pertenceu a Gualter Martiniano de Alencar, barão de Exu. O diploma do barão está na parede de um metro de espessura da casa que fica no alto de uma colina, no começo da Serra do Araripe. O barão era sobrinho de Bárbara de Alencar, avó de Cincinato e bisavô de Francisco, que

FICHA TÉCNICA

● **A vítima:** Wilson Luna, vice-prefeito, e outras 22 pessoas

● **O crime:** Em 1981 Luna foi morto num tiroteio com membros da família Sampaio

● **A motivação política:** Uma rixa entre as famílias Alencar e Sampaio

morreu de diabetes em 1979.

Francisco Aires de Alencar Filho, trineto do barão, foi mandado para Recife pela mãe, Diva, com intuito de estudar e não se envolver na guerra com os Sampaio. Formado em engenharia, Francisco classifica a luta como “fruto da ignorância”. “Quando o Estado está presente, a coisa muda”, afirma o representante da oitava geração da família.

José Arêz Alencar, filho adotivo de Diva, levou 11 tiros numa emboscada no Recife, mas sobreviveu. “Do nosso lado morre-



ram 11. Do lado deles morreu menos gente”, calcula a matriarca dos Alencar. “Tinha de dar uma parada. Quando entendia que matava um do lado de cá, morria outro do lado de lá. Não dava jeito”, lembra. Ela se recorda também de Santana, moça clara, pele bem parecida com as dos descendentes do barão. “Santana, a mãe do Luiz Gonzaga, não assinava como Alencar, mas dizem que era filha do barão”, conta Diva.

Ana Batista de Jesus, conhecida por Santana, era filha de José

Moreira de Alencar, parente do barão, com uma cabocla cearense, Efigênia. Em 1909, Santana casou-se com o músico Januário. O casal vivia numa casa de taipa nas terras do barão quando nasceu o filho Luiz Gonzaga.

Pacificador. O Rei do Baião entra nesta história porque, a partir dos anos 1970, tentou pacificar as famílias de Exu. Era aceito como mediador graças ao seu sucesso como cantor no sul e porque não tinha sangue Sampaio nem era considerado um Alencar das duas primeiras castas – dos nobres e dos intermediários. Gonzaga descendia dos Alencar “misturados”. “Era só cheio de graça”, lembra Diva.

Dura um dia a negociação para o empresário Jusé Sampaio dar sua versão da luta de famílias. A filha dele, Jaciane, diz que o pai não concede entrevista por temer a volta do conflito. Uma emboscada deformou o rosto de Jusé – ele ainda perdeu dois irmãos na guerra. Argumenta que falar do passado é trazê-lo para o presente. Jusé só aceitou con-

versar mais tarde, quando ficou claro que o objetivo da entrevista era apenas falar de sua mediação, juntamente com o cardeal arcebispo de Salvador, dom Avelar Brandão Vilela, e Luiz Gonzaga, para pacificar a cidade.

Ele conta que foi em 7 de agosto de 1978 que sofreu uma emboscada de quatro homens. Estava numa caminhonete com Jaciane quando os pistoleiros atiraram. “Nunca contei quem atirou em mim. O pessoal me aperseava. Decidi até hoje guardar segredo”, afirma. “Meu medo era ver um filho meu ir vingar a emboscada e ir matar. Preferi ser chamado de covarde a ser apontado como um homem que matou alguém.”

Numa sociedade regida pelas leis da honra, Jusé enfrentou resistência até mesmo dentro de casa após escapar da emboscada. “Preferia ver meu filho morto”, disse sua mãe, Rosemira, ao ver seu rosto deformado.

Rosemira é sobrinha do coronel Romão Sampaio, morto no tiroteio de 1949. Romão, por sua vez, era filho do coronel Romão

TRÊS SÉCULOS DE RIXA FAMILIAR

1710 Leonel Alencar e três irmãos fogem de Portugal e se instalam no sertão do Ceará.

1824 José Martiniano, bisneto de Leonel, proclama a República na praça do Crato (CE). O governador do Ceará, Inácio

Manuel Sampaio, do clã adversário, manda fuzilar quatro pessoas da família Alencar.

1949 Em tiroteio, morrem Romão Sampaio e Cincinato Alencar. Caso inaugura seqüência de mortes que vai até os anos 1980.

1981 Luiz Gonzaga pede ao vice-presidente Aurlindo Chaves intervenção federal em Exu.

1982 Durante a intervenção, que vai até 1983, Jusé Sampaio, Luiz Gonzaga e represen-

tantes da Igreja Católica conseguem firmar a paz entre as famílias.

Drama cearense

A VINGANÇA DO COVEIRO: ENTERRAR ASSASSINO DO NETO

Segurança de prefeito matou jovem após discussão

O coveiro Aloizio Fernandes, de 69 anos, de Milagres (CE), resolveu adiar a aposentadoria com que tanto sonhava. Sem armas, sem dinheiro para pagar pistoleiro nem coragem para vingança, ele esperava,

simplesmente, a morte do assassino de seu neto. “Eu disse para a cidade inteira: só deixo meu trabalho no dia em que enterrar o cabra”, relata.

Na festa da padroeira da cidade, Nossa Senhora dos Milagres, em plena disputa eleitoral



Na Justiça. Hellosman foi condenado por atentado ao pudor e crime de ameaça a um jovem

de 2004, o neto dele, Iramilson Fernandes, e um grupo de jovens discutiram com o segurança Geones Correia Lima, que trabalhava para o prefeito e candidato à reeleição Hellosman Sampaio de Lacerda, do PMDB. Hellosman era condenado por violência sexual contra menores. A discussão política chegou ao extremo. Com um revólver na mão, Geones ordenou que os jovens se ajoelhassem e, depois, disparou na nuca de Iramilson.

O caso foi classificado como crime político pelo Tribunal de Justiça do Ceará. Em 2010, o ministro Joaquim Barbosa, do Supremo Tribunal Federal, deci-

NEYSLA ROCHA/DIÁRIO DO NORDESTE-3/2/2007

Filgueira Sampaio, intendente de Salgueiro em 1867 e primeiro prefeito da cidade (1892-95), que esvaziou o poder do coronel Manuel de Sá – um ex-coleto de impostos da Coroa portuguesa no Semiárido, descendente de dom Diniz, rei de Portugal, e da rainha Isabel, da Espanha.

No Planalto. Os descendentes de Bárbara de Alencar correram o mundo e atuaram em papéis importantes na história do Brasil. Da matriarca descendem republicanos e monarquistas, getulistas leais e adversários ferrenhos de Vargas, intelectuais do Partido Comunista e generais do regime militar, aliados de Lula e tucanos, gente da esquerda e da direita. Raquel de Queiroz, autora de *O Quinze*, não esqueceu da matriarca ao idealizar Maria Moura, a protagonista do romance. Ela própria, Raquel, como Bárbara, foi presa política, na ditadura Vargas, em 1937.

Foi em outra ditadura, em 1964, que um descendente de Bárbara chegou à Presidência. Ao assumir o governo, o marechal Humberto de Alencar Castelo Branco recebeu carta de Antoliano Alencar, de Exu, pedindo que intercedesse por outro parente: o então governador de Pernambuco, Miguel Arraes de Alencar, adversário do novo regime. “Nunca tive, não tenho e Deus me livre de ter tendências comunistas. Espírito conservador, feliz herança de nossos ancestrais que guardo e conservo como joia de valor inestimável, aqui estou perante o cidadão Humberto de Alencar Castelo Branco pedindo que interceda a favor de Miguel Arraes de Alencar, para que se conserve intacta a lealdade e a coragem com que sempre agiram os Alencar de uns para os outros”, escreveu.

“Não peço a defesa de Miguel político, homem de Estado, mas a defesa da raça Alencar no Brasil de que V. Exa. é a expressão mais legítima”, completou. “As Forças Armadas cumprem o seu dever com independência, bravura e altivez. No dia primeiro de põem do cargo de governador de Pernambuco e prendem um Alencar, mas depois, por que põem na Presidência da República um Alencar? Porque os Alencar são leais e sinceros.”

Hoje, os Alencar de Exu não veem com bons olhos a parceria do governador de Pernambuco, Eduardo Campos, neto de Arraes, com Zilclécio Pinto Saraiva, chefe dos Sampaio-Saraiva.



Repercussão. Reportagem do 'Estado', em 1981, relata o caso antes do acordo

Na cidade, os partidos nacionais são ofuscados por dois grupos políticos: o Boca Branca, da família Alencar, e o Boca Preta, dos Sampaio e Saraiva.

Formalidade. Em época de eleição, PT, PSDB, PSB, PMDB ou DEM são siglas que só cumprem uma formalidade no registro dos candidatos. Um Alencar ou Sampaio pode mudar do PT para o DEM sem traumas. Mas nunca passar de Boca Preta para Boca Branca, ou o contrário. Embora os Alencar gostem de divulgar a história de que o Barão de Exu libertou seus escravos bem antes da Lei Áurea, foi a família Sampaio que ficou associada ao eleitorado negro, pobre, de Exu. O coronel Romão, morto no tiro de 1949, é considerado o pai do Boca Preta.

Parentes do coronel dizem que, agora, a divergência com os Alencar só ocorre dentro das regras democráticas. O atual prefeito, Leo, do PTB, é Saraiva.

Se o acordo de paz entre as famílias não tivesse sido selado, a luta poderia se exaurir por decisões tomadas no cartório de registro de civil da cidade. Pais de família registravam os filhos com o sobrenome do clã rival ou evitavam colocar os seus próprios sobrenomes nos recém-nascidos para garantir a “neutralidade” das crianças. Três irmãos de Jusiê Sampaio foram registrados como Alencar, orientados por um tabelião. A filha dele, Jaciane Queiróz Peixoto, hoje professora, não tem o sobrenome Sampaio.

Em Exu, a geração anos 1980, hoje na faixa dos 30 anos, vive entre a memória de sangue dos mais velhos e a expectativa de

um desenvolvimento que só é realidade em cidades médias como Salgueiro e Petrolina. Foi para lá que muitos jovens das famílias Alencar e Sampaio foram em busca de trabalho no comércio formado em volta dos grandes projetos do governo federal. Neto de Romão, Alexandre Saraiva Sampaio, 35 anos, observa que em Exu não há agricultura forte nem indústria. O comércio vive dos recursos do Bolsa-Família e a prefeitura, do Fundo de Participação dos Municípios.

Na avaliação de Alexandre, a música de Luiz Gonzaga, que no passado ajudou a pacificar as duas famílias, agora poderia garantir dias melhores para os moradores. “Deveríamos explorar o ícone Luiz Gonzaga”, afirma. “O berço do forró é aqui”, ressaltou. Alexandre diz que o museu dedicado ao Rei do Baião está nas mãos da família de um empresário do cantor. Reclama que o axé e outros ritmos “estrangeiros” tomaram o espaço da sanfona do Rei do Baião. Alega que só a música de Luiz Gonzaga é capaz de “agregar valor” e acabar com o clima de angústia do pós-guerra. “É como se agente vivesse perto de um vulcão adormecido. Aqui, uma palavra pode causar um impacto muito grande.”

A mesa onde Luiz Gonzaga tentava resolver o conflito secular está na antiga casa do sanfoneiro, em Exu. “Ele sempre foi uma pessoa de barriga cheia, de luxo. O luxo dele era a comida”, lembra Raimunda de Sale, 68 anos, a Múndica, sua fiel cozinheira.

Ela conta que Gonzaga convidava em separado representantes dos dois clãs. “Só na hora do jantar os Sampaio sabiam da presença dos Alencar e os Alencar, dos Sampaio”, diz.

A história do lento processo de paz, que teve Múndica como uma das principais narradoras, envolveu até o presidente em exercício Aureliano Chaves. Em 1981, Gonzaga surpreendeu Aureliano no saguão de um hotel em Belo Horizonte, ao tocar a música Boiadeiro. Chaves – que tinha fazenda em Minas Gerais – foi cumprimentá-lo e o sanfoneiro pediu apoio para acabar com a luta de famílias.

Segundo Múndica, terminada a guerra de clãs, Gonzaga compôs Prece por Exu Novo. Essa foi uma das últimas entrevistas de Múndica. A cozinheira de Gonzaga morreu em fevereiro.



Dor. Maria Bahia vive na Paraíba e sofre com a morte dos três filhos, mas quer vingança

Sé volta a ser palco de lutas entre famílias

No século 17, os Pires e os Camargos se enfrentavam com adagas; hoje, rixa é entre os Alves de Mesquita e os Batista de Mesquita

A Praça da Sé, no centro de São Paulo, é cenário de duas lutas santagentas de famílias, separadas pelo tempo e aproximadas pela barbárie. No século 17, Pires e Camargos, clãs tradicionais da então Capitania de São Vicente, duelavam de punhais na Rua São Gonçalo, engolida em 1913 para a ampliação da Praça da Matriz. Hoje, a rixa é entre os Alves de Mesquita e os Batista de Mesquita, famílias de migrantes paraibanos que disputam o controle dos pontos de venda de coco da área.

No tempo dos Pires e Camargos, a vila de São Paulo do Campo tinha 1.500 moradores, escreveu o historiador Luiz de Aguiar Costa Pinto, no livro *Lutas de Famílias no Brasil*, em 1949. A origem da briga que se tornou uma violenta disputa política pelo controle da Câmara, da Ouvidoria e da Magistratura foi um caso passional. Por volta de 1640, Alberto Pires foi acusado de matar a mulher, Leonor Camargo, e um parente chamado Antonio Pedrosa. Numa das versões, Pires estava sendo traído pelos dois. Em outra, teria matado acidentalmente Leonor e, com medo da família da mulher, matou Pedrosa, forçando a versão do crime de honra.

Pires foi preso. Na viagem de navio para ser julgado em Salvador, homens da escolta amarraram uma pedra no pescoço dele e o jogaram no mar. Começava a maior luta de famílias da história do Brasil Colônia. O combate mais marcante ocorreu na Praça da Matriz, em 1641, quando os homens das duas famílias duelaram com espadas e adagas. A partir daí, a rixa foi para a Câmara Municipal da Vila de São Paulo, onde os grupos se revezavam no poder e mantiveram, por duas décadas, debates alimentados por homicídios.

Um dos tipos mais comuns dessas lutas começa numa divergência pelo poder e se transforma, com o tempo e a morte dos chefes políticos, numa briga passional e de vingança, próxima da criminalidade comum. Nos sertões paraibano e potiguar, a longevidade da luta das famílias

Maia e Suassuna, de meados do século 19 à década de 1950, criou a cultura de rixa entre grupos familiares e a indústria de pistolagem e do crime de mando que ainda desafiam o Estado.

O epicentro da briga entre os clãs era Catolé do Rocha (PB), onde viviam as famílias. Um dos episódios mais emblemáticos da disputa entre os Maia e os Suassuna – nomes tradicionais da política nordestina – ocorreu em 9 de setembro de 1956, durante os festejos da padroeira, Nossa Senhora dos Remédios. O médico Lavoisier Maia, tio do atual senador Agripino Maia (DEM-RN), mandou avisar que Jandhuir Suassuna não poderia entrar no clube da cidade. Al-

coolizado, Lavoisier empurrou o amigo Chiquinho Suassuna, que foi interceder por Jandhuir. Na confusão, Lavoisier atirou em Chiquinho, atingindo mortalmente outra pessoa, Cantidiano de Andrade. Chiquinho acertou um tiro em Lavoisier, que ficou com sequelas, mas seguiu na vida pública – foi indicado governador do Rio Grande do Norte, em 1978. “Hoje, está tudo entrosado. Mas antes era uma encrenca danada”, diz Chiquinho, 85 anos.

Novo round. Quatro décadas depois, uma nova luta surgia, naquele clima de pistolagem e desavenças, entre os Suassuna “ilegítimos” – como eram chamados os peões das fazendas e abastados pobres do clã – e outra família, os Mesquita. Desta vez, a luta logo virou caso de criminalidade comum – as mortes não foram incluídas no levantamento deste caderno.

Em 1995, Silvino Alves de Mesquita, delegado e líder político em Brejo dos Santos, município paraibano vizinho de Catolé do Rocha, foi morto por Pedro Veras – cuja família era aliada dos Suassuna “ilegítimos”. Ameaçado pelos Mesquita, Francisco Veras, irmão de Pedro, matou um filho de Silvino, o cabo Gri-

malcy Alves de Mesquita.

Para escapar da morte, Geneton, filho de Silvino e irmão de Grimalcy, aceitou convite de primos para trabalhar na venda de coco em São Paulo. Instalado na Sé, Geneton Alves de Mesquita passou a juntar dinheiro para contratar pistoleiros e vingar as mortes do pai e do irmão. A princípio, os Veras e os Suassuna eram os alvos. Mas Geneton envolveu-se numa briga com os primos, o ramo Batista de Mesquita, por causa dos pontos de venda de coco. A luta ganhou novos contornos: os Alves de Mesquita se aliaram aos Suassuna para combater os Batista de Mesquita em duas frentes, Catolé do Rocha e São Paulo.

Uma das cenas mais bárbaras da luta ocorreu em 2009 no velório de Ednilson Batista de Mesquita. Parentes do morto mataram ali mesmo, diante do caixão, Helber Suassuna – que apesar de sobrenome era amigo de Ednilson –, como vingança.

Numa casa centenária de pé-direito alto, telhas soltas e paredes descascadas, no centro de Catolé do Rocha, mora Maria Batista de Mesquita, a Maria Bahia, 76 anos, mãe de Ednilson, Erivan e Marcelo, mortos, segundo a polícia, a mando de Geneton. Diferentemente dos homens do clã, a matriarca não demonstra temor de ser morta. “Dizem que vão matar eu. Ah, morta já sou. Quem perde um filho está morta. Meus filhos eram minha vida”, diz. Ela quer vingança. “Ninguém no mundo gosta daquele povo.”

Geneton é procurado pelas polícias da Paraíba e de São Paulo. “Ninguém consegue prendê-lo”, afirma Silvio Rabelo, delegado de Catolé do Rocha. Rabelo diz que a luta de famílias passa de pai para filho. A questão política, segundo ele, ficou no passado. A luta se move agora graças à economia da pistolagem. “O assassinato de pistolagem é o homicídio mediante pagamento com promessa”, diz. “Se está na lista para morrer, vai morrer.”

40

Mortos é o saldo aproximado da rixa, apenas entre os anos 40 e 80

1641

Foi o ano em que houve o combate mais marcante entre os clãs



Paz. Jusiê Sampaio foi alvo de emboscada, mas agiu para acabar com a guerra em Exu

diu transferir o julgamento de Geones para Fortaleza, por causa da pressão política em Milagres. Eleito pela primeira vez em 1982, o médico Hellosman está em seu quinto mandato – 18 anos à frente da prefeitura. No Cariri, ele é conhecido por sua capacidade de persuasão.

Em 2004, a relatora da Comissão Parlamentar de Inquérito da violência e das redes de exploração sexual de crianças e adolescentes, Maria do Rosário (PT-RS) – hoje ministra da Secretaria Especial dos Direitos Humanos –, escreveu no relatório final que Hellosman chegou a usar arma para obrigar

um menor a praticar sexo. Geones, segundo ela, foi quem levou o menor para o encontro com o prefeito.

“Durante as investigações, restou apurado que outros adolescentes do sexo masculino também foram vítimas de exploração sexual por parte do sr. Hellosman, o qual se valia do poder econômico e político para mantê-los em silêncio e à sua disposição para lhe satisfazer os desejos sexuais”, diz o texto.

Em 2006 e 2010, Hellosman foi o principal cabo eleitoral de Lula em Milagres – apesar de, em 2007, ele ter sido condenado a oito anos e três meses por

FICHA TÉCNICA

● **A vítima:** Iramilson Fernandes, de 14 anos, estudante

● **O crime:** Em 2004, foi executado por um segurança do prefeito

● **A motivação política:** Segurança irritou-se ao ouvir Iramilson xingar o prefeito, segundo o Tribunal de Justiça do Ceará

atentado ao pudor e crime de ameaça a um jovem de 17 anos. Na última eleição presidencial,



o prefeito pediu votos para Dilma Rousseff. Hellosman também é apoiado pelo senador Eu-

nício Oliveira (PMDB-CE) e mantém boas relações com o governador Cid Gomes (PROS). “Ele (*Hellosman*) é um bom gestor, trabalha muito para os pobres, a população gosta dele”, diz Eunício.

A cidade venera Hellosman. Ele costuma pagar cestas básicas, contas de energia e água de parte dos 28 mil moradores.

Os santinhos de sua campanha continuam colados até na parede da casa do coveiro Fernandes. “O prefeito é um homem bom. O problema é a turma de vereadores ao lado dele”, diz Fernandes, resignado. Foi Hellosman quem pagou as últi-

mas contas de energia da casa. O coveiro não tinha a força de outros parentes de vítimas da violência política para consumir pelas armas a vingança. Mas o ódio, limitado a Geones, continuou – e ele decidiu que só abandonaria o trabalho após enterrar o assassino do neto.

Finalmente, chegou a notícia da morte de Geones. O segurança teria se enforcado. “Os irmãos dele não vieram me pedir para enterrar, porque estavam com vergonha. Mandaram uma velhinha. E finalmente enterrei quem eu queria”, relata Aloizio.

SANGUE POLÍTICO * FRIEZA E CÁLCULO

Ceci Cunha: o crime político 'clássico'

Cléia dos Santos de Oliveira, irmã da deputada assassinada, considera o ato 'uma covardia' e o julgamento do caso 'um divisor de águas'

O assassinato de uma autoridade pelo suplente é o crime político mais "clássico" e "puro" das disputas pelo poder. Rixas pessoais e interesses econômicos não costumam ser as principais causas que motivam o homicídio. A execução é encomendada para abrir uma vaga no Executivo ou no Legislativo. A morte da deputada federal eleita Ceci Cunha (PSDB), em Maceió, no início da noite de 16 de dezembro de 1998, foi a mais célebre do gênero nos últimos anos. Ela e três parentes foram assassinados horas depois da diplomação. A polícia não demorou em apontar o primeiro suplente, Pedro Talvane Gama de Albuquerque Neto, do PFL, como autor intelectual da chacina.

Médica em Arapiraca, no agreste alagoano, Ceci foi eleita com 55 mil votos, a terceira maior votação. Albuquerque Neto recebeu 24 mil. Ele não se conformou com o resultado e decidiu matar um deputado eleito pela sua coligação. A primeira opção foi Augusto Farias, um político que era alvo de muitos grupos. Farias, no entanto, foi informado do plano por um pistoleiro. Albuquerque, então, resolveu matar Ceci. Ele mal a conhecia. Nunca tiveram divergências política ou pessoal.

Após a diplomação no Fórum de Maceió, Ceci e o marido, Juvenal Cunha da Silva, foram para a casa da mãe dele, Ítala Neyde Maranhão, no bairro Gruta de Lourdes, na capital alagoana. Um carro escuro os seguiu. O casal entrou na residência e iniciou, na varanda, uma discreta comemoração com Ítala e Iran Carlos Maranhão Pureza, irmão de Juvenal. Poucos minutos depois, três homens armados entraram na casa. Eles dispararam contra Ítala, confundida com a deputada. Sentada numa cadeira, Ceci foi morta em seguida com uma rajada de metralhadora de cima para baixo. Juvenal e Iran também fo-

CHACINA DA GRUTA



MARCO ANTONIO/TRIBUNA DE ALAGOAS



GILBERTO FARIAS/GAZETA DE ALAGOAS-20/1/2012

Julgamento. Talvane Albuquerque, suplente de Ceci, foi considerado pela Justiça autor intelectual do crime

ram assassinados. Uma parente de Ítala que estava na sala ouviu os diálogos dos matadores.

Na época, tabelas de preços de serviços de pistoleiros eram divulgadas em Maceió. O assassino de um vereador no interior custava de R\$ 3 mil. A morte de um deputado federal valia até R\$ 100 mil.

Investigado como principal

suspeito de ser o mandante da chacina, Albuquerque Neto tomou posse na Câmara em janeiro de 1999. No começo de abril, foi cassado por quebra de decoro. Em 2012, a Justiça o condenou a 103 anos e quatro meses de prisão. Os três executores do crime receberam penas que totalizaram 371 anos. Um deles, Alcécio César Alves, não chegou a cum-



ANDRÉ DUSEK/ESTADÃO-4/3/2008

Na Câmara. Filhos seguram foto da deputada em reunião da Comissão de Mulheres, em 2008, 10 anos após a morte

prir 86 anos de detenção. Morreu supostamente de infarto semanas após o julgamento.

A advogada Cléia Santos de Oliveira, irmã de Ceci, avalia que o julgamento dos acusados foi um "divisor de águas" em Alagoas. "A palavra que sintetiza a morte da minha irmã é covardia", diz.

O desfecho jurídico do caso

Ceci Cunha costuma não ocorrer com frequência nem mesmo nas principais cidades do País. No Rio de Janeiro, a família do deputado estadual Valdeci Paiva de Jesus (PSL), pastor da Igreja Universal, fuzilado na capital carioca, espera há dez anos uma posição da Justiça. Ele chegava à sede do partido.

Em Benfca, Zona Norte do Rio, namã de 19 de janeiro de 2003, num Passat azul, quando foi abordado por quatro homens num Palio branco. Os homens dispararam pistolas calibre 380 e 9 milímetros no parlamentar, acertando 19 tiros no tórax, na face esquerda e no punho esquerdo. Socorrido, Valdeci chegou morto ao Hospital do Exército, em Inhaúma.

A polícia indiciou o suplente do parlamentar, o ex-cabo da Polícia Militar Marcos Abrahão (PSL) pela suposta autoria do cri-

Desde 1979, 32 mortes a mando de vices ou suplentes

De 1979 para cá, 32 autoridades foram assassinadas a mando de vices ou suplentes. Casos Ceci Cunha ocorrem em Estados pobres e ricos. Em 1998, no município de Monções (SP), o prefeito Fernando Ramirez (PSDB) foi assassinado com nove tiros de pistola. O vice, Edson Luiz Vieira (PFL), ficou um ano preso, acusado de tramar a morte do titular.

Anos depois, em 2006, em Fênix (PR), o prefeito Manoel Custódio Ramos foi assassinado, segundo a polícia, a mando do vice, Aristóteles Dias dos Santos Filhos; ambos eram do PMDB. Em Itapemirim, no Espírito Santo, a polícia acusou a vice-prefeita, Maria da Graça Chamon, de assassinar, em 1999, o prefeito Dinovaldi Rodrigues Junior. Também no Estado, na cidade de Serra, o vice-prefeito, Adalberto Martelli, foi a julgamento pela morte do prefeito José Maria Miguel Feu Rosa, em 1990. O caso se destaca pela série de assassinatos que ocorreram na sequência. Um total de 15 pessoas ligadas ao evento foram executadas, entre advogados, policiais, testemunhas de defesa e pistoleiros.

Em Niterói (RJ), o vereador eleito Lúcio Diniz Araújo, o Lúcio do Nevada (PRP), foi assassinado em outubro de 2012. O Ministério Público denunciou o suplente, Carlos Macedo, do mesmo partido, e outras cinco pessoas.

Senador é executado antes do segundo turno

Favorito na eleição em segundo turno para o governo de Rondônia, o senador Olavo Gomes Pires Filho, do PTB, chegava à loja de máquinas agrícolas da família usada como comitê de campanha, no centro de Porto Velho. Era o começo da noite de 16 de outubro de 1990 e ele ia para um encontro com simpatizantes, quando recebeu uma rajada de metralhadora.

Naquele momento, a energia elétrica tinha caído na cidade e o local contava apenas com a iluminação fraca de geradores.

Diante de gritos de pavor dos simpatizantes e aliados, um pistoleiro ainda se aproximou do corpo caído do candidato e disparou mais tiros.

Um mês antes do crime, Pires pediu proteção, sem sucesso, ao governo federal. Ele dizia sofrer ameaças de morte e reclamava das notícias de que participava de um esquema de tráfico de drogas na Amazônia. Ele desenvolveu uma trajetória política com ações assistencialistas em Porto Velho. No primeiro turno da eleição para o governo

estadual, ele obteve 79 mil votos. Valdir Raupp, do PMDB, recebeu 78 mil e Osvaldo Piana, do PTR, 72 mil. Com o assassinato do senador, Piana foi para a segunda votação e venceu a disputa, com 181 mil votos contra 145 mil de Raupp.

Sem autor. Em 2009, o Ministério Público Estadual denunciou assessores de Piana e pistoleiros de aluguel pela morte do senador. Cinco homens chegaram a ser presos, mas foram soltos. A CPI da Pistologem instalada na Câmara dos Deputados, em 1994, citou a morte de Pires como crime político, mesmo entendimento de policiais e procuradores. Os órgãos de investiga-

ção, no entanto, não apontaram os mandantes do crime.

A trajetória de Pires, um goiano que mudou para a Amazônia ainda jovem, é marcada por histórias trágicas. Em 1982, ele foi denunciado por envolvimento na morte do jornalista João Batista Alencar, em Boa Vista (RR). Alencar fazia críticas e acusações contra o governador Ottomar Pinto e Pires, que também tinha uma loja de máquinas agrícolas em Roraima.

O segurança Romam Gomes Pereira, guarda-costas de Pires, foi denunciado como autor dos disparos contra o jornalista, morto em frente à loja, um assassinato com características semelhantes ao do senador.

Para eleger vereadora, milícia mata 7 em comunidade do Rio

Objetivo era fingir ataque de traficantes, espalhar medo na favela e, assim, reconquistar apoio no Morro do Barbante

Na noite de 19 de agosto de 2008, 17 homens encapuzados entraram atirando na comunidade do Barbante, em Campo Grande, zona oeste do Rio, e mataram aleatoriamente sete moradores que cruzaram seu caminho. O que, de início, parecia mais uma ação de terror orquestrada por traficantes mostrou, após as investigações da Polícia Civil, tratar-se de uma chacina de intenção meramente eleitoral - o massacre foi efetuado por um grupo de policiais, bombeiros e ex-militares integrantes de uma milícia.

O grupo forjara uma ofensiva

de traficantes para causar medo e reconquistar o apoio perdido na comunidade e eleger a candidata a vereadora Carmen Glória Guimarães, do PT do B. Outras cinco testemunhas da chacina foram mortas depois pelo mesmo bando.

A milícia se sustentava na região com os serviços de segurança privada, transporte coletivo irregular, gás, máquinas caça-níquel e a instalação da "gatonet", como são conhecidas as ligações clandestinas de TV a cabo.

Um dos encapuzados, segundo a Polícia Civil, era o ex-policia militar Luciano Guimarães, irmão de Carminha Jerominho, filho do vereador Jerominho

Guimarães (PMDB) e sobrinho do ex-deputado estadual Natalino Guimarães (DEM), todos chefes de milícias.

'Liga da Justiça'. A 30 dias das eleições, os quatro membros da organização que se intitulava "Liga da Justiça" foram presos. O grupo usava como símbolo o morcego, numa alusão a Batman, o personagem da história em quadrinhos.

Carminha Jerominho foi acusada de coação eleitoral. Da cadeia de segurança máxima de Catanduvas, no Paraná, ela foi eleita com 22 mil votos. O pai, o tio e o irmão ainda estão presos, acusados de formação

de quadrilha e homicídio.

Carminha foi solta duas semanas depois de conquistar a cadeira de vereadora. A defesa alegou que o fim do processo eleitoral extinguiu possíveis constrangimentos de eleitores. Ela cumpriu seis meses de mandato até ser cassada.

O Tribunal Regional Eleitoral (TRE) alegou que Carminha arrecadou recursos para a campanha antes do prazo permitido. Em 2011, ela conseguiu liminar e voltou ao cargo. Os 6 mil votos recebidos na disputa do ano passado, porém, não lhe garantiram a reeleição.

As vítimas da chacina não tinham ligação com o tráfico na comunidade do Barbante - apenas tiveram a infelicidade de estar no lugar errado, na hora errada. O funcionário da Caixa Econômica Federal Dario Leoneza, 60 anos, foi um dos mortos no ataque. Morador do bairro Paciência, Dario estava no Morro do Barbante para visitar amigos. Anos antes, perdera a mulher, Lúcia, vítima de câncer.

Dario criava cinco filhos, incluindo os que nasceram fora

103

Anos e quatro meses foi a pena de reclusão recebida pelo ex-deputado Talvane Albuquerque Neto

me. O então deputado federal Carlos Alberto Rodrigues (PL-RJ), também da Universal, chegou a ser citado no inquérito, mas depois teve o nome retirado das investigações. Naqueles dias, Rodrigues e Valdeci trocaram ofensas e acusações de apropriação de dinheiro da igreja e dos partidos. Valdeci teria chamado Rodrigues de "ditador".

A Assembleia do Rio cassou o mandato de Abrahão.

O parlamentar, no entanto, conseguiu no Superior Tribunal de Justiça e no Supremo Tribunal Federal decisão para permanecer no cargo. Os tribunais avaliaram que a votação aberta para cassar o mandato dele era inconstitucional. Não saiu mais do Palácio Tiradentes.

Em 2006, Abrahão foi reeleito com 36 mil votos. Ele ainda ganhou mais um mandato, agora pelo PT do B, com 52 mil votos.



ANDRÉ DUSEK/ESTADÃO-18/12/2008

Eleita. A vereadora Carminha, cuja família é ligada à milícia



Festa em Acaraú. A partir da esq.: o prefeito Alexandre Gomes, Manoel Duca, o ex-governador Ciro Gomes, o atual governador Cid Gomes, o aliado Marcondes Ferraz e Aníbal Gomes

Acusados se apoiam em caciques

No vale-tudo eleitoral, até líderes nacionais gravam nos grotões para réus e suspeitos

Lideranças políticas estaduais e nacionais dão apoio e legenda para pessoas citadas em casos de crime de mando. Uma análise das mortes de prefeitos e vereadores no período democrático mostra que acusados de assassinar adversários acabam recorrendo a alianças com grandes caciques para ten-

tar contornar a repercussão negativa de um processo criminal e, assim, se manter na vida pública. O vale-tudo eleitoral inclui gravações de propagandas de rádio e TV, confecção de santinhos padronizados e até a presença de presidentes, governadores e senadores nos palanques montados nos grotões.

Em setembro do ano passado, o vice-presidente Michel Te-

mer (PMDB) gastou boa parte do tempo no estúdio para gravar propagandas de candidatos de seu partido. Sem filtro, Temer empostou a voz no socorro a Alexandre Gomes, que disputava a prefeitura de Acaraú, no litoral cearense, e representava um grupo envolvido no assassinato do ex-prefeito da cidade João Jaime Ferreira Gomes, crime que ocorreu em 1998. “Amigos de Acaraú, venho pedir apoio à candidatura de Alexandre Gomes e Edmundo, para prefeito e vice-prefeito. Aqui, em Brasília, trataremos com atenção os pleitos de Acaraú. Vote PMDB, vote 15”, afirmou, na ocasião, o vice-presidente, diante da câmera.

Alexandre é filho do deputado estadual Manoel Duca, o Duquinha, e sobrinho do deputado federal Aníbal Gomes, citados em inquérito policial como coautores do assassinato do primo João Jaime. Outro tio dele, Amadeu é único julgado e condenado pela Justiça pela morte do ex-prefeito. A Polícia Civil destacou que Aníbal queria usar em sua campanha pela ree-

leição de deputado federal uma verba de R\$ 3 milhões enviada pelo Ministério dos Transportes para a dragagem de um porto do município. O prefeito não aceitou desviar a verba e foi morto pelo grupo.

Expulsos. Na época, a vítima e os acusados eram filiados ao PSDB. Expulsos do partido, Aníbal e Duquinha se abrigaram no PMDB. Eles conseguiram protelar o processo na Justiça ao mesmo tempo em que firmaram parceria com o ex-ministro Ciro Gomes e o atual governador do Ceará, Cid Gomes, hoje no PROS. Procurado pelo Estado, o governador não

quis se pronunciar sobre o assunto. Atualmente, Amadeu cumpre prisão domiciliar.

O Tribunal Regional Eleitoral (TRE) indeferiu a candidatura de Alexandre, por problemas na sua gestão de secretário de Finanças do governo do pai no município, em 2007. Com uma liminar, Alexandre continuou na disputa. Na condição de candidato sub judice, o “Menino Vaqueiro”, como era chamado pela propaganda política, recebeu apoio de Temer, de Ciro e Cid e do senador Eunício Oliveira (PMDB).

Alexandre ganhou a eleição com 16 mil votos, mil a mais que o rival Pedim do Creto (PT). No dia da diplomação, Duquinha tomou o lugar do juiz eleitoral e entregou ele mesmo o diploma de prefeito ao filho.

O senador Eunício Oliveira afirma que, quando entrou no PMDB, no final dos anos 1990, os irmãos Aníbal e Duquinha já estavam no partido. “Eles foram colocados pelo Mauro Benevides”, diz. “Aquilo (morte do prefeito Joãozinho) foi caso de família. Pelo que eu sei,

só o Amadeuzinho foi condenado. Os nomes dos demais foram retirados do processo”, justificou o político cearense.

Arquivado. O processo contra Aníbal foi arquivado pelo Supremo Tribunal Federal no ano passado. Sobre a facilidade de famílias envolvidas em crimes conseguirem legenda para se candidatar, Eunício diz: “Sou defensor da Lei da Ficha Limpa. Eles não foram atingidos pela lei. Não vou defendê-los, mas não há nada contra eles. Boato não é fato.”

Em nota, a Vice-Presidência ressaltou que Michel Temer gravou depoimentos pedindo votos para todos os candidatos a prefeito do PMDB que solicitaram apoio em 2012. “Quando foi feita a gravação, o site do TSE não registrava acusação contra o candidato Alexandre Ferreira Gomes da Silveira”, destacou o comunicado. Duquinha foi eleito em 2010 para o sexto mandato na Assembleia Legislativa do Ceará. Aníbal exerce seu quarto mandato na Câmara dos Deputados.

Líderes partidários reagem com surpresa

Líderes dos principais partidos políticos reagiram com surpresa, silêncio ou certa dose de ceticismo ao levantamento feito pelo Estado, que revelou a ocorrência de 1.133 crimes políticos na era pós-Anistia, contada a partir de 1979. Outros, porém, admitem que o número elevado vai obrigar as legendas a adotar, daqui para a frente, medidas para conter a matança.

O senador Agripino Maia (RN), presidente do DEM, de início, tentou atenuar o problema, afirmando que o assassinato conceituado como político não é preocupação das legendas, “porque as divergências

partidárias no País não levam à violência”. Mas concorda que existe uma matança oriunda da disputa envolvendo dinheiro e esquemas na máquina pública.

O presidente nacional do PMDB, senador Valdir Raupp (RO), considera que a proposta de punição interna dos partidos a supostos mandantes de assassinatos esbarra na falta de condenação pela Justiça. “O que precisa é acelerar a investigação e o processo. A grande reclamação é a quantidade de recursos dentro do processo, que acaba levando até 20 anos.”

PEC. O senador Aloysio Nu-

nes Ferreira (PSDB-SP), escolhido pela presidência do partido para discutir a questão, avalia que, para dar uma resposta, as lideranças políticas nacionais terão de enfrentar interesses dos grandes escritórios de advocacia. Ele defende a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) número 15, de 2011, do senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES). A PEC estabelece que só em casos excepcionais um processo criminal deveria chegar aos tribunais superiores.

“Os grandes escritórios de advocacia que estão na cúpula da OAB (Ordem dos Advogados

do Brasil) têm interesse em levar as causas para os tribunais superiores”, diz.

A proposta, inspirada numa ideia de Cezar Peluso, ex-ministro do Supremo Tribunal Federal, antecipa para a segunda instância o trânsito em julgado, fase em que a sentença deve ser cumprida e não cabem mais recursos.

Para a OAB, o projeto – que altera os artigos 102 e 105 da Constituição – afeta a segurança jurídica, o amplo direito de defesa e o princípio da presunção da inocência. A PEC está parada na CCJ do Senado. A pressão para não aprová-la une

políticos e grandes advogados.

O presidente do PT, Rui Falcão, recusou-se a debater o assunto. Mas o senador Humberto Costa (PT-PE) aceitou falar. Representante do Estado líder no ranking de assassinatos políticos, Costa critica a decisão dos partidos de dar legenda a candidatos que estão na cadeia. E avalia que os casos são regionais e localizados, mas precisam ser acompanhados pelos diretórios nacionais. “A resposta a isso tudo estará refletida no voto da população.”

Para outro senador tucano, Álvaro Dias (PR), as legendas devem se antecipar ao Judiciário. “Os partidos não adotaram mecanismos para estabelecer sua própria Ficha Limpa.”

Justificativas
“O que precisa é acelerar a investigação e o processo. A grande reclamação é a quantidade de recursos dentro do processo, que acaba levando até 20 anos”

Valdir Raupp
PRESIDENTE DO PMDB

“Divergências partidárias no País não levam à violência”

José Agripino Maia
PRESIDENTE DO DEM

“A resposta a isso tudo estará refletida no voto da população”

Humberto Costa
SENADOR (PT-PE)

do casamento. Ele vivia a expectativa de uma aposentadoria. Era um homem extrovertido, torcedor do Flamengo e frequentador assíduo de pagodes. “Foi um homem que só deixou boas lembranças”, diz a cunhada Gilcélia de Paula Leoneza.

Também foram fuzilados pelos milicianos o padeiro Ariovaldo da Silva Nunes, de 37 anos, o motorista Bruno Sérgio Manhães Ayres Batista, 27, o comerciante Francisco Rezende de Oliveira, 40, o estudante Maicon de Azevedo Portela, 23, e duas pessoas que não foram identificadas pela polícia.

Testemunhas. No desenrolar das investigações, testemunhas do caso começaram a ser caçadas. Em julho de 2009, Leonardo Baring Rodrigues foi assassinado na Vila do Céu, em Cosmos. O irmão dele, Leandro, foi escoltado e com colete à prova de balas ao enterro. Mas, no ano seguinte, Leandro também acabou sendo morto – os irmãos foram os primeiros a identificar na ação os integrantes da milícia.

FICHA TÉCNICA

● **A vítima:** Sete moradores da comunidade do Barbante

● **O crime:** Em 2008, um grupo entrou na favela atirando

● **A motivação política:** Milícia forjou ação de traficantes para conquistar apoio da comunidade e eleger candidata a vereador

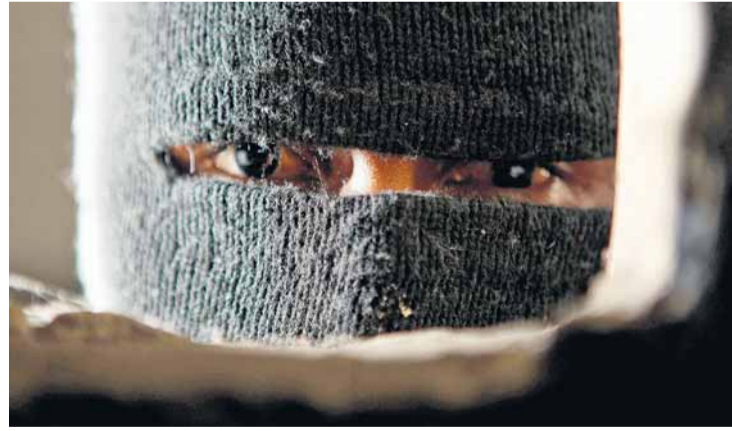
Em seguida, o pai de Leonardo e Leandro, o ex-pracinha da Segunda Guerra Vicente Rodrigues, de 89 anos, foi levado para um estaleiro desativado e executado pelo bando. Também foram fuzilados a mulher e o cunhado de Vicente, Maria José e Carlos Alberto Cardoso.

Interesses. Carminha, hoje com 35 anos, diz que os processos envolvendo a família são “claramente políticos”. Ela se defende com uma pergunta: “Alguém conquista apoio de uma



comunidade fazendo isso (massacre)?”

Ela afirma que o ex-delegado federal Júlio Brasil, já falecido, que concorreu em 2008 a vereador, tinha interesse em “ajudar” a Polícia Civil. Brasil não foi eleito. “Moro há 35 anos em Campo Grande, nasci aqui, minha família é daqui. Meu tio ia jogar bomba na delegacia do próprio bairro?”, pergunta ela, referindo-se à denúncia de que Natalino Guimarães teria sido autor de um atentado contra a 35.ª DP, que investigava a atua-



Proteção. Uma das testemunhas do massacre no Barbante

ção das milícias.

No ano passado, Carminha denunciou outro grupo de milícia que atua em Campo Grande por prejudicar sua campanha à reeleição. Chegou a ser jurada de morte. Dentista, mãe de dois filhos, ela diz que não anda com seguranças. “Não posso parar a minha vida.”

Poder paralelo. O delegado Marcus Neves, de 49 anos e há 25 na Polícia Civil, atuou no combate a um poder paralelo que se formava com as milícias

na zona oeste do Rio. À frente da 35.ª DP, ele atuou na prisão de 143 pessoas ligadas a milícias, entre elas cinco políticos – Jerônimo, Natalino e Carminha, o ex-bombeiro e ex-vereador Cristiano Girão e o ex-vereador Luiz Fernando da Silva, o Deco.

Um dos momentos mais delicados da carreira do delegado foi a prisão de Natalino Guimarães, em pleno exercício do cargo de deputado estadual, em 2006. Ele rebate a versão de que a polícia agiu com interesses políticos. “Sou agente administrativo,

do Estado. Não fico escolhendo o alvo. Faço o que devo fazer.”

Ele lembra que a milícia começou a migrar para a política no começo da década passada. “Antes, eles só tinham interesse econômico. Quando começaram a ser procurados por candidatos, eles perceberam que era mais vantajoso para suas atividades criminosas se tivessem representantes próprios na Câmara de Vereadores, na Assembleia Legislativa e no Congresso”, afirma. “A mecânica era assim: eles arrecadavam dinheiro para fazer caixa de campanha e financiar candidatos em nome da milícia”, conta.

O delegado diz que a milícia é pior que o tráfico. “É porque tem sustentáculos na política, na máquina do Estado e na estrutura da segurança pública. O tráfico, com raras exceções, não tem essa mesma ligação.”

Neves diz que o poder da Liga da Justiça entrou em declínio com a prisão dos nomes políticos da organização. “As principais cabeças da milícia foram presas. O tentáculo político não existe mais.”

SANGUE POLÍTICO * PERSISTÊNCIA

Delegada vence medo e prende matador

Em Pacatuba, interior do Ceará, Milena de Moraes investiga morte de vereador, sofre pressões, evita políticos e chega aos criminosos

Manhã de 30 de janeiro de 2013. “Procurador agulha no palheiro”, diz a delegada Milena de Moraes, 40 anos de idade e 13 de polícia, na delegacia de Pacatuba, região metropolitana de Fortaleza. Cinco dias antes, o vereador eleito Valdomiro Nascimento de Souza, de 35 anos, havia sido assassinado com seis tiros. O Estado passou a acompanhar diariamente as investigações do caso.

Até aquela manhã, a delegada tinha interrogado 40 pessoas, segundo suas próprias contas. Nenhum assessor político, funcionário da Câmara, vereador ou representante de partido foi ouvido. Chegou ao conhecimento dos investigadores que o vereador havia recebido a m e a ç a s quando assumiu o mandato. “José Cleudon Rodrigues Costa, suplente do vereador Valdomiro, chegou a avisar que daria um depoimento, mas até agora não veio”, diz Milena. Procurado pela reportagem, Costa não aceitou conversar.

O modelo usado na investigação da morte de Valdomiro é o da rotina da delegada, o do crime comum. São três assassinatos por mês na área, quase sempre motivados por brigas de bar, tráfico de drogas e crimes passionais. Há três anos na cidade, Milena diz que esta é a primeira morte de um político que investiga.

Sem estrutura, a delegada sabe que a investigação do assassinato de poder é a entrada numa seara que ela não domina, teme e da qual desconfia. A simples convocação de um presidente de Câmara ou de um prefeito pode lhe causar problemas, avalia um investigador da equipe. Milena relata que a chefe da Polícia Civil do Ceará mandou um delegado para ajudar nas investigações. “Ontem mataram um

garçom. Mas até agora não conseguimos abrir a investigação. Só demos atenção para o caso Valdomiro”, afirma.

Manhã de 21 de fevereiro. A delegada Milena informa que nenhuma das hipóteses de crime comum no caso Valdomiro foi confirmada. “Agora, trabalhamos com a possibilidade de crime político”, afirma. Ela espera a produção do retrato falado do matador e o início de uma nova ação de inteligência. Admite que acha estranho que o suplente José Cleudon Costa ainda não tenha aparecido para falar de forma espontânea.

Dez dias. O Código de Processo Penal estabelece que a delegada tem dez dias para enviar o inquérito de homicídio para o Fórum no caso de citado preso em flagrante e 30 dias quando o citado está solto. Na vida real, os inquéritos são abertos nas delegacias e passam anos indo e voltando da mesa do delegado para o Fórum.

Valdomiro estava no primeiro mandato de vereador. Dono de um ferro-velho e de uma loja de rações, ele se tornou popular na Vila das Flores, um bairro pobre e violento de Pacatuba, quando transformou o carro numa ambulância. Levava mulheres e idosos para o hospital, e distribuía balas para as crianças nos feriados.

O crime ocorreu na manhã de 25 de janeiro. Às 6 horas, Valdomiro levou um morador para o hospital. Voltou para casa às 6h30 e tornou a sair às 8h30. Valdomiro parou o Uno vermelho no portão da sucata, a dois quilômetros de casa. Foi abordado por um homem de aproximadamente 25 anos que havia chegado num carro branco e disparou seis tiros – três atingiram a cabeça do vereador.

Valdomiro era um dos nove filhos de um retirante da seca



Viúva. Kézia afirma que marido não tinha inimigos políticos



Investigação. A delegada Milena: busca de suspeitos

em Quixadá, interior cearense. Na Vila das Flores, ele entrou para a Igreja Adventista da Promessa, onde conheceu Kézia. “A vida entre os dois era maravilhosa. Ele era doente por ela e ela era doente por ele”, diz Celene de Souza, irmã de Valdomiro, rejeitando especulações de que o assassinato teria motivos passionais. Cilene assegura que o irmão não tinha dívidas.

Valdomiro sempre sonhou ser vereador. No ano passado, se filiou ao PTB e lançou a candidatura. Ele tinha o perfil que Beto Ribeiro, presidente do diretório municipal do partido, buscava: sem chance de ganhar, arrancaria votos para a legenda e para os candidatos fortes da sigla.

‘Gente do povo’. Com a música *Danza Kuduro*, tema da telenovela *Avenida Brasil*, no som da caminhonete da sucata e o slogan “Valdomiro, esse é gente do povo”, o comerciante saiu às ruas. A loja de rações virou comitê de campanha. Gastou cerca de mil reais em santinhos e panfletos. Ele recebeu 626 votos. Logo após a eleição, Valdomiro se aproximou do prefeito eleito, Alexandre Furtado (PSB), que tinha sido adversário durante a campanha. Kézia lembra que o marido participou de apenas quatro sessões na Câmara. “Não deu tempo de mexer com ninguém grande. Ele não tinha inimigos políticos”, afirma.

Em meados de fevereiro, moradores da Vila das Flores ape-

● Ajuda divina
“Foi a força do Senhor que abriu tudo”
Milena de Moraes

DELEGADA, SOBRE A SOLUÇÃO DO CRIME

drejaram a casa do vereador José Cleudon Costa (PTB), suplente que assumiu a cadeira de Valdomiro. Ainda naquele mês, a delegada recebeu o retrato falado do matador produzido por meio de informações de uma mulher que disse ter presenciado o crime. Com o retrato nas ruas de Pacatuba, vieram as primeiras denúncias contra Natan da Silva Modesto, 28 anos. Natan foi preso no dia 14 de março, em Cascavel, cidade do interior do Ceará, com sete cápsulas de revólver no bolso. Na delegacia, ele disse que era primo de Beto Ribeiro, presidente do PTB.

Tarde de 21 de março. A equipe da delegada Milena e homens da Delegacia de Homicídio e Proteção à Pessoa (DHPP) entram na Câmara Municipal de Pacatuba. Os agentes prendem o vereador José Cleudon. Beto Ribeiro, presidente do PTB e que filiou Valdomiro, e o segundo suplente, Bezalzel Rodrigues da Costa, também são presos. As investigações apontam que os três formaram um consórcio para assassinar o vereador.

A delegada relata que a trama para matar Valdomiro começou a ser montada após as eleições, quando ele se aproximou do prefeito eleito Furtado, contrariando parte do PTB. Com sua simplicidade, Milena admite que a elucidação de um crime político é algo raro. “Foi a força do Senhor que abriu tudo”, diz a delegada.

No caso Valdomiro não ocorreram situações típicas de uma investigação que envolve o crime organizado. Não apareceram advogados famosos para tomar café com a delegada e embalar a apuração. Autoridades não telefonaram para encerrar o inquérito e começar outro, com uma versão diferente – no Espírito Santo, onde o crime organizado dá as cartas há quatro décadas, assassinos políticos têm, em média, três inquéritos.

626

Votos foram recebidos pelo comerciante Valdomiro Nascimento de Souza para seu primeiro mandato

FICHA TÉCNICA

● **A vítima:** Valdomiro Nascimento de Souza, vereador

● **O crime:** Em 2013, Valdomiro foi assassinado com seis tiros

● **A motivação política:** Inquérito mostra que ele foi morto a mando do suplente José Cleudon Rodrigues Costa



ASSASSINATOS REPUBLICANOS

Crimes que fizeram história no século 20*

O ministro

Na festa de recepção aos militares que participaram da Guerra de Canudos, no Arsenal de Guerra, no Rio, em 5 de novembro de 1897, o soldado Marcelino Bispo de Miranda se aproximou do presidente da República, Prudente de Moraes (ao lado). Ao perceber que o soldado apontava um revólver, o ministro da Guerra, Carlos Machado Bittencourt, entrou na frente do presidente. Miranda engatilhou a arma, que falhou. Em segundos, o soldado tirou uma pequena faca da cintura e a enfiou no peito e na virilha do ministro, que caiu morto.

O assassino foi preso. Meses depois, foi encontrado enforcado na cela. O atentado permitiu que Prudente de Moraes decretasse estado de sítio e neutralizasse a oposição e as críticas pelos gastos do governo no massacre de sertanejos na Bahia. Ele podia encerrar com tranquilidade seu mandato no ano seguinte. A polícia prendeu diversos políticos pela suposta formação de um conluio para matá-lo.

Entre os presos estavam o senador Pinheiro Machado, que foi liberado por falta de provas.



A “Sombra”

Após deixar a prisão por suposta participação no atentado contra Prudente de Moraes, o senador Pinheiro Machado ganhou destaque nos bastidores da política. Ele criou o Partido Republicano Conservador, um dos primeiros com características nacionais. A 8 de setembro de 1915, ele foi apunhalado pelo padreiro Francisco Coimbra, ao chegar ao hotel onde estava, no Rio. O Partido Republicano Conservador foi dissolvido.

Crimes de uma Revolução

A 26 de julho de 1930, o presidente da Paraíba, João Pessoa, vice de Getúlio Vargas na chapa derrotada da oposição que disputou o Palácio do Catete, foi morto com dois tiros pelo advogado João Duarte Dantas, no Recife. Eles travavam uma disputa política regional. Dantas havia se sentido ofendido com a divulgação de cartas que recebeu da namorada, Anayde Beiriz, tiradas de seu escritório. Vargas usou o homicídio para levar adiante sua revolta, que desembocou na Revolução de 1930.

O primeiro ato de violência desse processo ocorreu cinco meses antes, em Montes Claros, Minas. O vice-presidente da República, Fernando de Melo Viana, participava de um comício do candidato do governo, Julio Prestes, a 6 de feverei-

ro, quando seu grupo político entrou em choque com opositoristas da Aliança Liberal. Melo Viana levou três tiros e sobreviveu. Rafael Fleury, seu secretário, e outras cinco pessoas morreram.



FOTOS: ARQUIVO ESTADÃO

Tiros no Senado

O senador de Alagoas Arnon Afonso de Mello, pai do ex-presidente e atualmente senador Fernando Collor, sacou sua arma, no plenário do Senado, e disparou três tiros contra o rival Silvestre Péricles, também senador por Alagoas, em Brasília, no dia 4 de dezembro de 1963 (ao lado). Péricles não foi atingido. Mas um dos tiros atingiu o senador José Kairala, perfurando seu coração. Arnon, que dispunha de imunidade parlamentar, não foi punido. Políticos influentes gozavam de imunidade parlamentar.

(*) CASOS OCORRIDOS NUM PERÍODO ANTERIOR AO DO LEVANTAMENTO DE CRIMES POLÍTICOS FEITO NO CADERNO

